

UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

ROSIMEIRE BISPO PALMAS DA SILVA

**JOGOS COOPERATIVOS: UM
ESTUDO DE VIABILIDADE PARA A
EDUCAÇÃO SEXUAL DE
ADOLESCENTES EM CONFLITO
COM A LEI**



ARARAQUARA – SP

2021

ROSIMEIRE BISPO PALMAS DA SILVA

JOGOS COOPERATIVOS: UM ESTUDO DE VIABILIDADE PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa:
Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Tadeu Reina

ARARAQUARA – SP

2021

S586j Silva, Rosimeire Bispo Palmas da
Jogos cooperativos : um estudo de viabilidade para a educação sexual de adolescentes em conflitos com a lei / Rosimeire Bispo Palmas da Silva. -- Araraquara, 2021
146 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientador: Fabio Tadeu Reina

1. Jogos cooperativos. 2. Educação sexual. 3. Adolescentes. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ROSIMEIRE BISPO PALMAS DA SILVA

JOGOS COOPERATIVOS: UM ESTUDO DE VIABILIDADE PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Sexual. Exemplar apresentado para exame de defesa.

Linha de pesquisa:
Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Tadeu Reina

Data da defesa: 16/04/2021

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Fabio Tadeu Reina
Universidade Estadual Paulista

Membro Titular: Profª Drª Luci Muzzeti
Universidade Estadual Paulista

Membro Titular: Prof. Dr. José Henrique Mazon
UNIP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico esta pesquisa a todas as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no Brasil e aos educadores que dedicam as suas vidas para melhorar a vida dessas pessoas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, ao meu orientador Dr. Fabio Tadeu Reina. ao Professor Dr. Vagner Custódio, ao Professor Dr. José Henrique Mazon, e a professora Dr^a Luci Muzzeti e Edilaine Camilo obrigada por poderem contribuir positivamente pelo meu crescimento acadêmico e profissional. Agradeço também a minha filha Myrian, a minha família, aos companheir@s de mestrado, aos professores do programa de educação sexual, aos professores participantes, a Univesp, e a todas as pessoas que me apoiaram nessa pesquisa nesses anos de companheirismo, amor e amizade.

“Isto é um sonho, bem sei, mas quero continuar a sonhar.”

Friedrich Nietzsche

Resumo

Adolescentes em conflito com a lei ou popularmente rotulados de menores infratores tem sido um grave problema de segurança pública, educação, saúde, e assistência social no Brasil. Nessa perspectiva, buscando contribuir para melhoria dessas situações, o objetivo desse trabalho foi por meio de jogos cooperativos desenvolverem conteúdos de educação sexual para essa população, e com isso colaborar na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, abusos e violência sexual visto que muitos deles devido ao contexto social que lhes envolvem podem estar mais vulneráveis a situações de relações sexuais sem proteção, ou sofrer e praticar estupros. Para isso, foi idealizado um programa de atividades que foi apresentada para sete professores de educação física que trabalham com esse publico, tanto na Fundação CASA, como em escolas de referencia onde possuem pessoas cumprindo medidas sócio educativas. Sendo que por meio de um questionário eletrônico, pretendeu-se diagnosticar a viabilidade e aplicabilidade desse programa, sendo que os resultados apontaram que os jogos cooperativos adaptados à temática da educação sexual podem ser aplicados nas instituições supracitadas e possivelmente melhorar os níveis de conhecimento e os comportamentos sobre as questões levantadas nas atividades.

Palavras-chave: Jogos cooperativos. Educação Sexual. Adolescentes.

Abstract

Adolescents in conflict with the law or popularly labeled juvenile offenders have been a serious problem of public safety, education, health, and social assistance in Brazil. In this perspective, seeking to contribute to the improvement of these situations, the objective of this work was, through cooperative games, to develop sexual education contents for this population, and thereby collaborate in the prevention of sexually transmitted diseases, early pregnancy, abuse and sexual violence since many due to the social context that surrounds them, they may be more vulnerable to situations of unprotected sex, or suffer and practice rape. To this end, an activity program was devised that was presented to seven physical education teachers who work with this audience, both at the CASA Foundation, as well as in reference schools where they have people fulfilling socio-educational measures. Being that through an electronic questionnaire, it was intended to diagnose the feasibility and applicability of this program, and the results showed that cooperative games adapted to the theme of sex education can be applied in the aforementioned institutions and possibly improve levels of knowledge and knowledge. behaviors on the issues raised in the activities.

Keywords: Cooperative games. Sexual Education. Teens.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ACNUR	Agência da ONU para Refugiados
CEU	Centro Educacional Unificado da Prefeitura de São Paulo
CNE	Conselho Nacional de Educação
COVID 19	Doença do Coronavírus
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Fundação CASA	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
HIV	Vírus da imunodeficiência humana
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PMA	Programa Alimentar Mundial
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QI	Quociente de Inteligência
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Nascidos vivos em 2017 de mulheres até 19 anos de idade segundo as regiões do Brasil.	38
Quadro 2 – Texto “Tênis ou Frescobol” de Rubem Alves	48
Quadro 3 – Respostas individuais sobre a idade dos professores participantes da pesquisa.	50
Quadro 4 – Gráfico sobre o perfil de idade dos professores participantes da pesquisa.	51
Quadro 5 - Perfil de formação dos professores participantes da pesquisa.	51
Quadro 6 - Perfil do local de formação dos professores participantes da pesquisa.	52
Quadro 7 – Respostas individuais referentes ao ano de formatura dos professores participantes da pesquisa.	53
Quadro 8 – Gráfico referente ao perfil do grupo sobre o ano de formatura dos professores participantes.	54
Quadro 9 – Respostas individuais dos participantes da pesquisa acerca da formação em pós-graduação.	55
Quadro 10 – Gráfico sobre o perfil dos participantes da pesquisa acerca da formação em pós-graduação.	56
Quadro 11 - Perfil de tempo de atuação na instituição dos professores participantes da pesquisa.	56
Quadro 12 – Exemplo de abordagem aos sujeitos para o convite para participação na pesquisa.	59
Quadro 13 – Respostas individuais dos participantes quanto ao numero de adolescentes em conflito com a lei atendidos atualmente.	65

Quadro 14 – Respostas individuais dos participantes sobre a concordância do ensino da educação sexual na instituição.	66
Quadro 15 – Gráfico das respostas individuais dos participantes sobre a concordância do ensino da educação sexual na instituição.	65
Quadro 16 – Respostas individuais dos participantes sobre situações adversas envolvendo a sexualidade em sua prática profissional.	65
Quadro 17 – Gráfico sobre a ocorrência das atitudes adversas presenciadas pelos respondentes.	69
Quadro 18 – Respostas individuais dos participantes sobre a atuação profissional perante situações adversas envolvendo a sexualidade em sua prática profissional.	71
Quadro 19 – Gráfico sobre as formas de atuação profissional perante as atitudes adversas presenciadas pelos respondentes.	74
Quadro 20 – Respostas individuais sobre a presença de ações da instituição para evitar situações adversas que envolvam a sexualidade.	75
Quadro 21 – Gráfico representando as Respostas individuais sobre a presença de ações da instituição para evitar situações adversas que envolvam a sexualidade.	76
Quadro 22 – Respostas individuais binárias (sim ou não) para diminuição de problemas envolvendo a sexualidade de adolescentes em conflito com a lei, por meio da Educação Física.	77
Quadro 23 – Respostas individuais binárias (sim ou não) acerca do conhecimento dos jogos cooperativos.	78
Quadro 24 – Respostas individuais binárias (sim ou não) sobre se os jogos cooperativos podem trabalhar a educação sexual de adolescentes em conflito com a lei nas atividades de educação física.	79
Quadro 25 – Respostas individuais justificadas, sobre a efetividade da proposta dessa dissertação.	80

Quadro 26 – Respostas individuais binarias (sim ou não) sobre a viabilidade da proposta dessa dissertação em sua instituição.	81
Quadro 27 – Respostas individuais binarias (sim ou não) sobre o conforto em aplicar essa proposta em sua instituição.	82
Quadro 28 – gráfico sobre as respostas individuais binarias (sim ou não) sobre o conforto em aplicar essa proposta em sua instituição.	83
Quadro 29 – Respostas individuais binarias (sim ou não) sobre o apoio da direção da instituição para a aplicação prática dessa proposta.	84
Quadro 30 – Gráfico das Respostas individuais binarias (sim ou não) sobre o apoio da direção da instituição para a aplicação prática dessa proposta.	85
Quadro 31 – Respostas individuais sobre sugestões para melhoria da proposta de atividades dessa dissertação.	86
Quadro 32 – Gráfico sobre a ocorrência das respostas de sugestões para melhoria da proposta de atividades dessa dissertação.	87
Quadro 33 – Respostas individuais sobre criticas da proposta de atividades dessa dissertação.	90
Quadro 34 – Gráfico sobre a ocorrência das criticas da proposta de atividades dessa dissertação.	91

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1 INTRODUÇÃO	17
2 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	22
2.1 Fatores de risco e de proteção para os adolescentes	25
2.1.1 Fatores de risco	26
2.1.2 Fatores de proteção	29
3 EDUCAÇÃO SEXUAL	33
3.1. Educação Sexual na adolescência	34
3.1.1 Gravidez Precoce	37
3.1.2 Infecções Sexualmente transmissíveis ISTs e a AIDS	40
3.1.3 Comportamento sexual de abuso sexual na adolescência	41
4 JOGOS COOPERATIVOS	43
5 MÉTODO	49
5.1. Tipo de pesquisa	49
5.2 Participantes da Pesquisa	49
5.3 Procedimentos	57
5.4 Análises das informações	63
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
6.1 Primeira seção	64
6.2 Segunda seção	76
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE	110
ANEXO 1	112

APRESENTAÇÃO

A escolha do tema educação sexual vem pelo interesse da autora que vivenciou uma situação de gravidez na adolescência por falta de orientação tanto da escola quanto da família, o que dificultou muito a sua vida sendo que somente aos 33 anos ela conseguiu terminar a graduação em Educação Física. Nesse período, mas especificamente no ano de 2015 a autora trabalhou como cuidadora na Casa Abrigo do município de Rosana- SP onde ela vivenciou ou soube por meios formais e informais de muitas situações de abuso sexual, estupros e de sexo sem proteção dentre os adolescentes.

Por meio dessa vivência, que surgiu a ideia de se desenvolver uma estratégia para melhorar essas situações, e conforme a formação profissional da autora e a sua familiaridade na graduação com o tema, e também a frequência enquanto aluna nas disciplinas do programa de mestrado em educação sexual – UNESP - Araraquara, as atividades escolhidas foram os jogos cooperativos difundidos inicialmente no Brasil por (Brotto, 1999), e que atualmente são utilizados usualmente tanto na Educação Física como também na Administração de Recursos Humanos como em dinâmica de grupo por exemplo.

Porém, para a realização do mestrado, necessitou um aprofundamento nos jogos cooperativos, pois em minha graduação o tema foi pouco desenvolvido nas disciplinas. Sendo que pesquisei (Orlick, 1989), (Brown, 1994) e (Brotto,1997), que descreveram problemas vivenciados na Educação Física, como competitividade exacerbada, diversas formas de violência, falta de respeito e resiliência, excesso de individualismo e segregação e exclusão. Nesse contexto pensei que esses Jogos poderiam melhorar os

problemas que envolvem a falta de educação sexual com grupos estigmatizados, e aí pensei em trabalhar com adolescentes em conflito com a lei, podendo proporcionar a essas pessoas situações acolhedoras e inclusivas.

Dessa forma elaborei essa dissertação visando contribuir para melhoria das situações de gravidez na adolescência, infecção por doenças sexualmente transmissíveis e abusos sexuais.

O interessante dos jogos cooperativos são que eles exacerbam a colaboração entre os participantes e minimizam a competição, podendo dessa forma ser um método eficaz para trabalhar conceitos como os da educação sexual.

Segundo o Professor Paulo Rennes (Ribeiro, 1990) em seu clássico livro “educação sexual além da informação” podem justificar a implementação dessa estratégia de ensino, pois afirmam que a educação sexual necessita de atitudes praticas que possam significar os conteúdos, ou seja, que possam ir além da simples informação.

Outro autor que justifica a viabilização desse trabalho é o professor João Batista (Freire, 1989) em seu célebre livro “Educação de corpo inteiro” que faz uma crítica á escola tradicional que não desenvolve a corporeidade das pessoas e também faz uma critica a educação física escolar que não desenvolve conteúdos diferenciados sendo que geralmente se prende a situações esportivas.

Para isso, penso que a percepção dos professores de Educação Física que trabalham com esse público permite compreender os limites e as possibilidades de ensino de educação sexual por meio dos jogos cooperativos, no que se refere à aprendizagem de conceitos e valores, pois esses jogos fazem parte dos conteúdos desenvolvidos por eles, logo sua experiência é fundamental para entender este contexto.

Mediante as considerações desses autores supracitados esse trabalho mostra uma autenticidade em suas ações educacionais o que pode trazer uma proposta diferente para a educação física e alternativa para a educação sexual que muitas vezes não consegue abordar os seus temas de maneira eficaz.

1 INTRODUÇÃO

As mídias em vários formatos têm noticiado rotineiramente situações de violência, e em muitas dessas ocorrências adolescentes aparecem como autores.

Segundo (Soares Filho, Duarte, & Merchan-Hamann, 2020). Em 2015, o Brasil teve 61.237 mortes por homicídio, ou seja, 27,8 por 100 mil habitantes. Predominando ocorrências por armas de fogo em vias públicas principalmente nas periferias das grandes cidades sendo o tráfico de drogas o principal fator para essa situação.

“Tem sido descrito um círculo vicioso que se inicia na adolescência, envolvendo a ausência dos pais, abandono escolar, participação em atos infracionais menores, consumo precoce de álcool e drogas, dívidas com compras de entorpecentes, vingança e conflitos. Essa exposição precoce à violência é agravada com a dependência de drogas e álcool na idade adulta. Além dos fatores sociais, violência estrutural, consumo de álcool e drogas, a violência contra mulheres aparece relacionada a histórico de agressão física e/ou sexual. Determinantes culturais exercendo função importante, observada a violência conjugal que tem o rosto de mulheres como local elegido por seus agressores. A violência doméstica avança num ambiente de rede de proteção deficiente e taxas elevadas de homicídios de grupos vulneráveis formados não somente por mulheres, em variadas cidades do país, sejam capitais ou do interior.” Soares Filho (2020)

Dessa forma, no Brasil, a população infanto-juvenil constitui um dos segmentos mais prejudicados pelos problemas socioeconômicos e culturais do país, isso é demonstrado pela alta taxa de mortes de adolescentes em situações de violência, e isso pode estar relacionada com a situação estrutural de falta de oportunidades, que muitas vezes oportunizam aos grupos criminosos o recrutamento dessas pessoas lhe oferecendo como recompensa possibilidades de consumo e vantagens sexuais dentro das comunidades locais.

Outra situação que colabora com as mortes de adolescentes é a violência policial, que em vez de proteger essas vidas, muitas vezes as assassinam justificando essas ações como auto de resistência e protegidos pelas excludentes de ilicitudes que em muitos casos são utilizadas para matar adolescentes da periferia, geralmente negros, e em situações de vulnerabilidade.

Nesse contexto, compreender as situações que motivam adolescentes para desvios de conduta, é um dos objetivos emergenciais para melhoria dos níveis de segurança no Brasil, e construir projetos de proteção e socialização dessas pessoas.

Conforme a legislação brasileira, quando ocorre um ato infracional, os adolescentes e os jovens entre 12 e 18 anos incompletos podem receber uma das medidas socioeducativas previstas no Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), essas medidas visam recuperar a situação de vulnerabilidade que afligem esses adolescentes que, por diversos fatores, envolveram-se com atos infracionais (Barbosa & Souza, 2013).

Segundo (Reis & Bernardes, 2011) essas pessoas podem ser consideradas um assunto relevante de três áreas: a Educação, a Saúde e a Segurança Pública. Nesse cenário cabe a educação a função de proporcionar a essas pessoas noções comportamentais sobre sexualidade. Mas infelizmente algumas informações deixam de serem desenvolvidas no processo socioeducativo apesar de serem muito importantes como, por exemplo, a educação sexual que por questões repressivas, conservadoras e preconceituosas, acabam sendo colocadas em um segundo plano ou até mesmo ignoradas.

Nessa perspectiva a Educação física que é um dos componentes educacionais envolvidos no processo de reabilitação de adolescentes poderia desenvolver esses conteúdos, pois é a disciplina que mais desenvolve a corporeidade das pessoas, e talvez

seja o profissional nesse contexto que esteja mais próximo dessas pessoas e o qual ele pode ter uma maior intimidade para poder desenvolver a educação sexual.

Mas infelizmente a Educação Física tem se preocupado mais com competições esportivas, e muitas vezes se ausentado da formação das pessoas num contexto biológico, psicológico e social onde ocorre a educação sexual.

O fato é que alguns problemas tem ocorrido devido á omissão desses conteúdos no período de reintegração dessas pessoas.

Dentre esses problemas podem-se citar as doenças sexualmente transmissíveis que devido às relações sexuais muitas vezes sem proteção, pode ocasionar uma situação epidêmica.

Nesse cenário, doenças que estavam controladas começam a se alastrar novamente no Brasil, como por exemplo, a sífilis que atualmente esta epidêmica em diversas faixas etárias de idade, e a AIDS que também tem aumentado seus índices de infecção.

Outro problema recorrente com adolescentes são os abusos sexuais e estupros, ou seja, sexo sem consentimento e muitas vezes por meio de ameaça ou violência ou usos de entorpecentes.

Essas situações além de serem atos infracionais podem deixar os ambientes sócio educativos mais violentos, e também muitas vezes é realizado sem proteção de preservativos, o que pode aumentar a incidência de doenças sexualmente transmissíveis.

Outro problema recorrente em pessoas cumprindo medidas sócio educativas é a gravidez na adolescência, que devido a situações de vulnerabilidade social e falta de informação e de acesso a métodos contraceptivos, além de abuso de álcool e drogas

torna-se uma situação incidente dentre essa população o que gera ainda mais dificuldades no processo de reinserção social.

Mediante essa problemática essa dissertação objetivou desenvolver a orientação sexual para a população adolescente em conflito com a lei nas aulas de educação física, tendo como estratégia a utilização de jogos cooperativos que proporcionam uma ação grupal cooperativa numa determinada situação temática (Brotto & Arimateia, 2013).

Segundo (Brotto & Arimateia, 2013) os Jogos Cooperativos proporcionam conceitos atitudinais de união e liberdade e incentivam as pessoas a enfrentarem situações de risco, trazendo a percepção positiva de vencer os seus próprios limites potencializando a cooperação para o aperfeiçoamento social de todos.

Contudo é necessária a esses jogos a mediação de um professor como forma de direcionar aos objetivos propostos e arbitrar no sentido de evitar conflitos e pressões entre os participantes. Sendo que quando essa variável é controlada as atividades proporcionam uma unidade entre os participantes por meio de uma linha de raciocínio coletivo para que o grupo possa alcançar o objetivo e vencer, gerando uma sensação positiva que se propaga de maneira intensa entre o grupo.

Dessa forma, essa dissertação tem como hipótese, que este tipo de jogo possa vir a desencadear nos adolescentes com desvio de conduta social uma forma específica de diálogo, que propicia o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo focada na construção cooperativa e conjunta do conhecimento, sendo uma estratégia lúdica para estimular a participação, além de ser um método que ajuda o adolescente a memorizar e incorporar os conceitos que muitas vezes são abstratos e os jogos cooperativos tem o papel de fornecer atitudes praticas que lhes deem significados e com isso pretende-se aumentar o nível de conhecimento dos educandos sobre a educação sexual, sempre com

uma estratégia não repressora da sexualidade, pois quando ocorrem situações repressoras o canal de dialogo muitas vezes pode ser fechado ou desacreditado.

Nessa perspectiva essa dissertação buscou transmitir um discurso diferente ao da família, da escola, da religião, e das instituições envolvidas no processo de reabilitação, que muitas vezes trabalham o tema de maneira conservadora e repressiva, e esse modelo tem se mostrado ineficaz para a melhoria dos problemas relatados nessa introdução.

Nesse cenário, cabe a essa dissertação, ser um instrumento de ruptura nesse processo e não aderir a pressões externas que possam ocorrer.

Quando implementado esse trabalho pode trazer uma proposta para ser replicada por outros professores de Educação Física e de Educação sexual que desenvolvem trabalhos com essas pessoas, mas para isso precisa-se saber se esses educadores estão abertos para essa proposta, e é isso que essa dissertação pretende diagnosticar.

2 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

As situações de desvio de condutas sociais em adolescentes é algo incidente nas populações do mundo, pois alguns estudos como os (Komatsu & Bazon, 2018) apontam que 70% a 95% dos adolescentes já cometerem episódios delituosos, sendo que em sua grande maioria são de baixa gravidade social.

Essas situações muitas vezes são motivadas pela procura de atividades excitantes e prazerosas que são atitudes normais na adolescência. No entanto, algumas dessas pessoas apresentam esses episódios repetitivamente segundo (Moffitt; 2018).

Conforme (Andrews & Bonta, 2006) essas pessoas estariam mais sujeitas a serem consideradas “delinquentes” necessitando de um acompanhamento mais específico com ações sócio educativas.

Alguns autores como (Brennan, 2008) destacam que existem diferentes tipos de delinquência, com fatores motivacionais diferentes pois pode envolver vários estratos sociais desde os financeiramente mais abastados que procuram situações de autoafirmação como por exemplo violência a grupo étnicos, racismo, fascismo dentre outros, como os menos favorecidos se são aliciados por grupos criminosos e cometem trafico de drogas dentre outros serviços em comunidades carentes.

Esses estudiosos com, por exemplo, (Schwalbe, 2008) que afirmam tipos diferentes de desvios sociais utilizam como argumentação estudos comportamentais e de personalidade que remetem a uma complexidade desses comportamentos antissociais, e que podem influenciar no julgamento social desses indivíduos.

Desse modo os autores supracitados afirmam a necessidade de se ressaltar as diferenças intragrupo para se caracterizar os comportamentos delituosos por motivações, causas, circunstancias e consequências diferentes.

Realizando uma revisão de literatura por meio do sistema Parthenon da UNESP (2021), pode se encontrar muitos termos para classificar crianças e adolescentes que cometeram atos infracionais e foram de certa forma classificados pela justiça.

Entre esses termos podem-se citar os de senso comum como, por exemplo, “menor infrator”, “delinquente juvenil”, “trombadinha”, “pivete” dentre outros que além de serem pejorativos segundo (Goffman ,1988) também possuem uma situação estigmatizante.

Saindo da esfera popular e entrando na área acadêmica alguns autores como (Dukes, Stein, & Zane, 2010) tem utilizado o termo “adolescente em conflito com a lei”, pois essa terminologia está de acordo com o (ECA Brasil, 2008), pois segundo esse documento, o adolescente é concebido como pessoa em processo de desenvolvimento, sujeito de direito e destinatário de proteção integral. Nessa condição, de pessoa em processo de desenvolvimento, cabe ao órgão responsável pela operacionalização das medidas, a missão de protegê-lo, e esse processo ocorre a partir de um conjunto de ações que propicia a educação formal, a profissionalização, saúde e demais direitos assegurados legalmente.

Para tratar de adolescentes cumprindo medida socioeducativa, foi criada a Lei nº 12.594/12, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas, a educação a ser desenvolvida em entidades ou programas que executam a internação e internação provisória. Leva em conta ainda a garantia do acesso a todos os níveis de educação formal pelos adolescentes inseridos no atendimento socioeducativo, podendo, ainda, haver unidade escolar localizada no interior do programa, ser vinculada à escola existente na comunidade ou haver inclusão na rede pública externa.

Como citado acima pelo ECA e pelo SINASE, pode-se identificar que o modelo de ensino aplicado a adolescentes cumprindo medida socioeducativa é a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa é uma modalidade de ensino que garante ao público a partir de 15 anos o ensino fundamental e a partir dos 18 anos o ensino médio – o direito à escolarização básica em igualdade de condições, por meio da formação humana, social, científica e se orienta pela concepção de educação ao longo da vida.

No Brasil, as ações na modalidade EJA é o que temos como base para a educação de adolescentes privados de liberdade, no que concerne às leis de garantia (e permanência) à escolaridade dos jovens e adultos. Esta modalidade de ensino encontra suporte nos documentos oficiais da EJA, sem especificidade no que diz respeito à educação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e a erradicação do analfabetismo, implementada pela UNESCO e adotada por seus membros signatários.

O Brasil apoiou a ideia e incluiu a erradicação do analfabetismo na LDB e na Emenda Constitucional nº 59, de 2009. Nesse conjunto de documentos, podemos citar o Plano Nacional de Educação com seus objetivos e metas, destacando a meta de nº 17, que trata da educação nas prisões.

Meta17. Implantar, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional, contemplando para esta clientela as metas nº 5 e nº 14 (Brasil, 2001).

De acordo com a Constituição Federal, “a educação é um direito de todos e garantida pelo Estado”. Isso significa dizer que a responsabilidade se estende tanto ao acesso, quanto à oferta e à permanência, independentemente do local, da população e que toda esta dinâmica possui previsão de recursos instituídos para este fim. Dos artigos 205 ao 214 da Constituição, temos definidas as obrigações do Estado em fomentar e

promover a educação. O ensino fundamental, por exemplo, será ofertado de forma obrigatória e gratuita, assegurando-se, inclusive, esta oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

O direito à educação deve ser visto como investimento de forma global para toda sociedade, de forma que não se pode alijar o acesso à educação por parte da pessoa humana presa ainda que porventura esteja descontando pena privativa de liberdade no conturbado sistema prisional atual, pois, na forma constitucional brasileira, não existe qualquer restrição a esse direito amplamente assegurado. (Ramos Netto, 2006, p.64).

2.1 FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO PARA OS ADOLESCENTES

Nesse tópico da revisão de literatura optou-se por fazer um recorte sobre fatores de risco e de proteção de adolescentes tendo como base inicial de buscas, (Piccioni, 2019) e (Paludo & Koller, 2005), pois ambos descrevem fatores de risco e também apresentam situações protetivas de adolescentes em situação de vulnerabilidade e comportamentos antissociais por meio da caracterização pessoal e ambiental dessas pessoas com os ambientes sociais.

Outro autor referencia para esse tema foi (Costa & Assis, 2006) que enfatiza a resiliência por meio da educação, como condição principal de prevenção desses comportamentos.

Nessa perspectiva esse tópico se divide nos subtópicos fatores de risco e fatores de proteção.

2.1.1 Fatores de risco

Conforme (Priuli & Moraes, 2007) fatores de risco são condições negativas para o desenvolvimento humano e que podem comprometer o bem estar físico, mental e social do indivíduo.

Autores como (Young, Hasking, Oei, & Loveday, 2007) e (Koolhof, Loeber, Wei, Pardini, & D'escury, 2007) seguem uma linha biológica para argumentar as causalidades de comportamentos antissociais, correlacionando baixo coeficiente de Inteligência (QI) a maior impulsividade e agressividade e consequentemente maior envolvimento em atos infracionais.

Essa linha de pesquisa a meu ver pode gerar situações equivocadas de preconceito e estigma e podem fomentar posições de eugenia que podem gerar ideologias fascistas, nazistas, xenofóbicas e extremistas. Dessa forma essa linha de fator de risco não será aprofundada nesse estudo.

Outra linha de fatores de risco de comportamentos infratores é a abordagem sociológica e ambiental.

Autores como (Feijó & Assis, 2004) utilizaram fatores socioeconômicos, culturais e ambientais e os relacionaram as condutas infracionais afirmando que a maioria dos adolescentes infratores são provenientes de famílias de classe baixa, moradores da periferia, são negros, e possuem baixo nível de escolaridade.

Apesar das situações de pobreza possam ser consideradas como fatores de vulnerabilidade social, essas situações não podem ser consideradas como fator determinante, pois a maioria das famílias pobres do Brasil não possui histórico de criminalidade. No entanto, a pobreza aliada a violência, desigualdades sociais, distorção

de valores e normas, problemas comportamentais e de enfrentamento podem gerar um ambiente propício para situações infracionais, sendo que autores como . (Cuevas, Finkelhor, Turner, & Ormrod, 2007) identificou a faixa de 10 a 17 anos como a mais exposta a riscos de se envolver na prática de atos infracionais, necessitando como medida preventiva de um sistema adequado de apoio social, que além de contemplar os adolescentes também contemple as famílias, pois para o adolescente exposto a violência, muitas vezes a reprodução dessa violência é uma das formas de se afirmar na comunidade e na família nivelando privilégios e o tornando simultaneamente autor e vítima da violência (Priuli & Moraes, 2007).

Outro fator de risco retratado por (Assis & Constantino, 2005) são as situações de abandono ou falta de tutela, que muitas vezes não são supridas pelas políticas públicas de educação e acolhimento, o que gera exclusão social e os expondo a uso de álcool e drogas por exemplo.

Outra vertente salientada por (Gomide, 2006), é a violência doméstica, por meio de abusos físicos, sexuais e psicológicos apontando uma correlação entre maus tratos e abuso sexual com comportamentos infracionais na adolescência, pois segundo (Kreppner, 2003) A família representa um papel fundamental no desenvolvimento das características positivas de seus membros, mas também pode exercer influências negativas, na aquisição de comportamentos antissociais, por meio de embotamento afetivo, brigas frequentes, falta de regimento, uso de substâncias entorpecentes pelos responsáveis, ausência de diálogo e falta de tutela parental.

Outro fator de risco para desvios de conduta por parte de adolescentes pode ser o consumo de drogas.

Conforme (Souza, & Silveira Filho, 2007), a adolescência é a faixa etária de maior risco para o uso excessivo de drogas devido serem a época da vida em que essas

substâncias são apresentadas ao indivíduo e a falta de maturidade e experiências os deixam mais vulneráveis ao consumo.

Nessa perspectiva, segundo (Degenhardt, Chiu, Sampson, Kessler, & Anthony, 2007), as principais situações que podem favorecer a adesão ao consumo de drogas por adolescentes são: insucesso pessoal, falência familiar, mudanças radicais de vida, falta de rotina, estresse, dificuldades financeiras, exemplos familiares de consumo e tráfico de entorpecentes, violência familiar, falta de atividades de lazer, falta de atividades culturais, ausência de religião, tédio dentre outros.

Segundo (Pereira & Sudbrack, 2005) a prática delituosa por adolescentes muitas vezes são ocasionadas para prover o consumo de drogas.

Conforme (Alves & Araújo, 2012), a Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) do Estado de São Paulo que é a instituição de referência para internação de adolescentes em conflito com a lei, realizou uma pesquisa com seu público, e identificou em (2005) quais eram as substâncias mais utilizadas com frequência pelos seus internos. E o resultado foi: 62% (maconha) 58% (tabaco), 33% (álcool), 19% (cocaína), 8% (lança/Loló), 6% (cola de sapateiro) 5% (crack) e somente 9% não utilizavam substâncias. O resultado ultrapassou 100% devido alguns participantes utilizarem mais de um tipo de drogas com frequência.

Esse estudo de (Alves & Araújo, 2012), demonstra que a delinquência de adolescentes, também é um problema epidemiológico de saúde e que necessita de ações multisetoriais para ser amenizado.

Outro fator de risco para adolescentes em conflito com a lei é a ausência de valores éticos e morais, pois segundo (Prust & Gomide, 2007) que pesquisou violência escolar, problemas como *bullying*, baixo rendimento, fracasso e evasão, rejeição,

preconceito por parte da comunidade escolar e envolvimento com outros estudantes desviantes são situações favoráveis a episódios de comportamento antissocial e violência.

Os autores (Gallo & Williams, 2008) concluíram em seus estudos que o baixo nível de educação é um fator de risco para condutas de conflito com a lei, e quanto melhor o nível de escolaridade, maior é a situação do adolescente não cometer atos infracionais.

Finalizando esse tópico pode-se afirmar que diversas variáveis como as econômicas, ambientais, afetivas, comportamentais, laborais, lúdicas, sociais, familiares dentre outras, podem afetar negativamente os adolescentes propiciando fatores de risco para transgressões, e comportamentos antissociais. Dessa forma, o entendimento dessas causas pode auxiliar de estratégias de proteção que serão descritas no próximo subtópico.

2.1.2 Fatores de proteção

Segundo (Costa & Assis, 2006), fatores de proteção são situações que podem modificar as atitudes de pessoas que por algum motivo estão mais expostos a atitudes antissociais.

Para essa revisão bibliográfica, tendo como base (Piccioni, 2019), encontrou-se situações protetivas para inibir o comprometimento de adolescentes a comportamentos de conflito com a lei.

Conforme (Paiva & Ronzani, 2009) além de uma estrutura familiar protetora, os adolescentes necessitam atividades de lazer, como por exemplo, prática de esportes dentre outras, mas segundo (Silva & Rossetti-Ferreira, 2002) essas atividades não podem atuar de maneira única ou isolada, pois as mesmas para terem um efeito protetivo

necessitam de significados pessoais e coletivos para lhes oferecer um suporte para o enfrentamento de atitudes de dificuldade que ocorrem na trajetória de vida.

Nessa perspectiva, a primeira situação que abordaremos é a questão familiar.

Segundo (Padilha & Gomide, 2004), a comunicação assertiva dos pais com seus filhos, alicerçado no respeito e escuta de opiniões, pode diminuir a incidência de problemas comportamentais.

Nessa mesma linha de raciocínio, o autor acima entende que situações de demonstração de afeto e carinho, podem criar um desenvolvimento infantil saudável, que pode oferecer uma sensação de segurança, confiança e envolvimento com sua família, sendo fundamental para estruturação psicológica na fase adulta e isso é chamado pelo autor supracitado de monitoria positiva que é um componente muito importante na infância e na adolescência, desenvolvendo comportamentos pró-sociais, e dessa forma podendo inibir ou reduzir comportamentos inadequados que possam se tornar em atitudes antissociais.

Segundo (Prust & Gomide, 2007),p o comportamento pró-social é definido como aquele que desenvolve virtudes nos indivíduos, como generosidade, empatia e altruísmo.

Nessa perspectiva (Dishion, 2002) descreve que o uso apropriado de reforço positivo, o ensinamento de resolução de problemas, supervisão e monitoria positiva, incentivo na aquisição de hábito de estudar para melhorar o desempenho escolar, são habilidades parentais fundamentais para o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais, pois aumentam a autoestima da criança, e conseqüentemente diminui o surgimento de comportamentos antissociais.

Segundo (Padilha & Gomide, 2004), o comportamento moral também é uma prática educativa positiva, pois consiste na transmissão de valores como honestidade,

generosidade, senso de justiça e discriminação entre o certo e o errado, por meio de modelos positivos.

Se tratando de medidas protetivas, outra área de atuação que abordaremos nessa revisão de literatura são as redes de apoio.

Segundo (Brito & Koller ,1999) redes sociais de apoio são um conjunto de ações sociais relevantes e acessíveis que fornecem suporte as pessoas, principalmente em situações de vulnerabilidade.

Conforme (Siqueira, Betts, & Dell-Aglio, 2006) esse apoio pode ser classificado conforme a sua funcionalidade sendo caracterizado da seguinte forma:

- Apoio emocional: promove confiança, e tem como estratégia o compartilhamento de sentimentos e problemas.
- Apoio informacional: promove conhecimento através de conselhos, informações e educação.
- Instrumental ou material: promove auxílio por meio de ajuda no caso de necessidades básicas, doenças e acolhimento.
- Afetivo: promove conforto psíquico, por meio de atitudes de afeto, cuidado, e que promovam situações de felicidade.
- Interação positiva: é um conjunto de ações integradas com as demais supracitadas.

Essas redes sociais de apoio auxiliam as pessoas a enfrentarem as adversidades da vida, sendo construídas e reconstruídas em todas as faixas etárias de idade.

Segundo (Gomes & de Almeida, 2010) na adolescência, grupos comunitários podem ampliar a rede de apoio dos adolescentes, podendo funcionar como fatores de proteção e intervenção contra problemas comportamentais, pois o envolvimento nesses

grupos pode fornecer consequências positivas para o indivíduo, como melhorar sua autoestima, aumentar sua confiança pessoal e ajudá-lo no desenvolvimento da capacidade de enfrentamento de problemas.

Conforme (Branco, Wagner & Demarchi, 2008) mesmo diante de internação, os adolescentes conseguem ampliar suas fontes da rede de apoio positivo e importante para os adolescentes sob seus cuidados.

Segundo (Gomes & Rosa, 2004) as instituições, grupos comunitários, redes de serviços de saúde podem funcionar como fator protetivo e interventivo, junto às famílias que vivem em contextos socioeconômicos desfavorecidos e de risco, pois os membros familiares podem ser orientados a desenvolver estratégias de enfrentamento para as diversas situações de vulnerabilidade social e a rede social de apoio parece ser de fundamental importância para protegê-los de comportamentos disfuncionais que possam prejudicar a dinâmica familiar, além de ajudar o indivíduo a enfrentar problemas e a se tornar resiliente, e com isso proporcionar, estabilidade emocional, capacidade de tomar decisões, ter rotinas organizadas, saber compartilhar sentimentos, ter responsabilidade, boa autoestima, praticar esportes, lazer e redução da desigualdade econômica e práticas parentais positivas.

3 EDUCAÇÃO SEXUAL

Nessa dissertação utilizaremos o termo educação sexual para fazer menção ao trabalho formal e sistemático de discutir sobre sexualidade no âmbito escolar por ser a nomenclatura mais empregada pelos autores que embasam esse estudo.

O tema educação sexual na atualidade, apesar de estarmos em uma sociedade sexualizada e erotizada, ainda é um tabu para ser discutido nos espaços formais de educação e quando o tema é desenvolvido ocorre muitas vezes uma resistência a essas ações sendo frequentemente alvo de críticas e posicionamentos contrários.

Nesse cenário atual e governamental do Brasil após 2018, a educação sexual tem sofrido uma desconstrução, sendo estigmatizada como um tema associado à destruição da “inocência das crianças” ou deturpadores dos valores familiares, religiosos, “promotora da homossexualidade e do feminismo”, dentre outras situações a nosso ver reducionistas e generalistas.

Essa visão muitas vezes negligencia a importância de se tratar sobre a sexualidade e seus subtemas, prejudicando o conhecimento das pessoas sobre a educação sexual formal, e fomentando problemas sociais como gravidez na adolescência, infecções sexualmente transmissíveis e abusos e violência sexual.

Em contrapartida há um consenso até mesmo pelo governo federal (2018-2022) que possui uma posição que pode ser considerada negacionista para vários assuntos que esses problemas citados acima são epidêmicos no Brasil, e a educação sexual pode ser a prevenção primária e mais eficaz para diminuí-los.

Nessa perspectiva, desenvolver o tema educação sexual nos espaços formais de educação, pode promover os direitos humanos, pois fornece acessibilidade aos

adolescentes que são o público alvo dessa dissertação saberes educativos sobre a sexualidade.

Segundo (Brandão & Lopes, 2018) é de extrema importância que toda e qualquer temática relacionada à sexualidade sejam tratadas naturalmente desde a infância para o bem estar das crianças na vivência de sua sexualidade atual e futura. No âmbito escolar as ações educativas ganham posição privilegiada no atendimento das demandas de cuidados de crianças e adolescentes.

Mas para isso é necessário que os profissionais da educação tenham uma formação adequada para abordar esse tema.

E é isso que essa dissertação pretende desenvolver e para isso iremos apresentar uma proposta diferente de abordar os temas.

3.1. Educação Sexual na adolescência

Segundo (Braga, Oliveira, Silva, Mello & Silva, 2018) A adolescência é uma faixa etária de idade onde ocorre a transformação dos sujeitos, políticos, econômicos, territoriais, quanto à etnia e gênero, levando em conta os aspectos singulares e coletivos.

Nesse contexto, a sexualidade revela-se como um elemento constitutivo do desenvolvimento e do processo de adolecer e, nesse período, há a necessidade de experimentar o novo com um pensamento mágico de indestrutibilidade e também há uma maior exposição a diferentes situações de conflito, violência e exclusão, considerando-se a ampliação do convívio e contato social.

Conforme (Trindade & Bruns, 2003), o sexo se apresenta de forma mais latente na adolescência, pois é um período do desenvolvimento humano intenso de alterações corporais e hormonais para a função sexual e reprodutiva.

Segundo (Lobato, 2017), a adolescência é marcada pela busca de autonomia sobre as decisões, emoções e ações, pelo desenvolvimento de habilidades e a vivência da sexualidade, explorando de forma mais ativa sua identidade sexual e de gênero.

Nessa perspectiva, a adolescência não é marcada apenas pela mudança biológica, senão uma combinação multifatorial, envolvendo alterações tanto corporais, como também pelo meio social, cultural em que os adolescentes estão inseridos.

Segundo (Abramovay, Castro & Silva, 2004) a adolescência vem preocupando a comunidade mundial, em problemas como: saúde sexual e reprodutiva, a gravidez precoce, o aborto inseguro, as ISTs e a Aids, abuso e violência sexual.

Para (Willis, Coombs, Cockerham, & Frison, 2002) há um descaso em relação ao desenvolvimento da sexualidade dos adolescentes que, precisamente neste momento passam por alterações e dificuldades próprias de faixa etária.

Conforme (Waideman, 2003), os adolescentes convivem com apegos conflitantes que ora incitam uma vida sexual ativa por meio dos meios de comunicação, ora lidam com as coações dos valores conservadores resguardados pela Igreja, pela família e pela escola.

Nessa perspectiva a sexualidade do adolescente é muitas vezes reprimida por meio das instituições supracitadas ao mesmo tempo em que é estimulada pela mídia e relações sociais, e nessa situação confusa, as práticas protetivas e de proteção, tem a sua aplicabilidade dificultada.

Segundo (Fischer & Bueno, 2001) a emergente tendência da liberalização sexual contribui para a ampliação de problemas na sexualidade dos adolescentes, pois decorre de uma carência de educação sexual, tanto na família como na escola.

E nas instituições educacionais, que situações de sexualidade muitas vezes ocorrem de maneira mais explícita, no “ficar” entre os adolescentes, dentre outras formas de manifestação sexual.

Como afirma (Ribeiro, 2009), no contexto educacional formal, não se deve reprimir a sexualidade das pessoas adolescentes, e que é necessário uma educação sexual além da informação, ou seja que trabalhe também questões como preconceitos, tabus, depressão, ansiedade, e outras aflições que interferem na sexualidade das pessoas.

Conforme (Sayão, 1997) A abordagem da sexualidade nas instituições educacionais, tem tido uma postura repressora, reproduzindo valores morais, religiosos e familiares que procuram anular a sexualidade dos adolescentes.

Essa postura das instituições educacionais vai ao contrario do que afirma (Paiva, 2000) que entende que uma educação sexual de qualidade pode aumentar a responsabilidade das pessoas perante o sexo, protelar a iniciação sexual de adolescentes e até mesmo diminuir a quantidade de parceiros sexuais dos mesmos.

Isso vai de encontro ao que afirma (Camargo, Ribeiro & Araújo, 1999) onde citando vários estudos em diversos países demonstram que adolescentes submetidos à educação sexual de qualidade, não realizam uma iniciação sexual precoce.

Nessa perspectiva, as pessoas que não são submetidas à educação sexual, conforme (Leão, 2009) devido não estarem devidamente informados, eles querem de algum modo saber sobre o assunto, e muitas vezes optam pela prática propriamente dita para sanar suas curiosidades e tentar resolver seus anseios.

Portanto essa dissertação, objetiva fornecer informações sobre sexualidade e promover um espaço de reflexões a adolescentes em conflito com a lei, por meio de uma metodologia ativa e cooperativa, onde as pessoas tem a oportunidade de vivenciar,

dialogar, questionar e se expressar livremente, abrindo um canal de motivação que é essencial para a incorporação dos conceitos que podem modificar os hábitos e comportamentos dessas pessoas.

3.1.1 Gravidez Precoce

Segundo (Altmann, 2003) o termo gravidez precoce, refere-se à falta de planejamento para as gestações em adolescentes.

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2001), considera-se gravidez na adolescência aquela ocorrida até os 20 anos incompletos.

Para (Jeane Silva, 2004) no Brasil a cada um minuto uma adolescente com idade entre 15 e 19 anos se torna mãe, e a cada 17 minutos nasce um bebê de uma pessoa adolescente.

Segundo (Altmann, 2006), a maternidade precoce é um problema social no qual necessita de políticas públicas para educação preventiva, bem como, de acesso a métodos contraceptivos, tornando-se um problema de saúde pública que necessita de informação massificada com base na responsabilidade individual.

Conforme (Altmann, 2003) afirma que a gravidez na adolescência repercute negativamente nos índices de evasão escolar tanto na maternidade como na paternidade.

A gravidez na adolescência pode trazer situações negativas na vida dos adolescentes e suas famílias.

Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2018), uma gravidez acarreta, para a adolescente e futura mãe, além das transformações físicas e emocionais inerentes à

gravidez, a responsabilidade por outra vida, o que requer maturidade biológica, psicológica e socioeconômica. (Brasil, 2018).

Além da situação de vulnerabilidade da mãe adolescente, em muitos casos, o pai também é adolescente, impactando ambas as famílias, além da necessidade de uma preparação afetiva e econômica das pessoas envolvidas para emergencialmente acolherem esses adolescentes bem como o recém-nascido.

Segundo (OPAS, 2018) a América Latina é as regiões com a segunda maior taxa de gravidez na adolescência no mundo, pois enquanto a taxa mundial é estimada em 46 nascimentos para cada 1.000 meninas, as taxas da América Latina somam 66,5 nascimentos por cada 1.000 meninas entre as idades de 15 e 19 anos.

No Brasil segundo o ministério da saúde no ano de 2017, com relação à gravidez precoce mostra a seguinte situação:

Quadro 1 - Nascidos vivos em 2017 de mulheres até 19 anos de idade segundo as regiões do Brasil.

	Região norte	Região nordeste	Região sudeste	Região sul	Região centro oeste	Brasil
Menor de 10 anos de idade	2	0	4	0	0	6
De 10 a 14 anos de idade	4.310	8.643	5.590	1.842	1.720	22.105
De 15 a 19 anos de idade	69.662	154.439	147.795	50.304	36.001	458.201
Total de nascimentos de mães de 10 a 19 anos de idade	73.974	163.082	153.389	52.146	37.721	480.312

Fonte: Ministério da Saúde (SINASC) 2018.

Nessa perspectiva, as diversas organizações internacionais de saúde, afirmam que a gravidez precoce, é algo preocupante e impactante na vida das adolescentes, e nesse contexto a (OPAS, 2018) elaborou uma lista de recomendações para orientar as pessoas e comunidades para o enfrentamento dessa situação que estão listadas abaixo:

- Promover medidas e normas que proíbam o casamento infantil e as uniões precoces, ou seja, antes dos 18 anos de idade;

- Apoiar programas de prevenção da gravidez baseados em evidências e que envolvam múltiplos setores e visem os grupos mais vulneráveis;

- Aumentar o uso da contracepção;

- Reduzir as relações sexuais sob coerção;

- Aumentar os cuidados qualificados de pré-natal, parto e pós-parto;

- Incluir jovens na concepção e implementação de programas de prevenção da gravidez;

- Criar ambientes que permitam a igualdade de gênero e ajudar adolescentes a exercerem seus direitos sexuais e reprodutivos.

Segundo a mesma instituição (OPAS, 2018), cerca de 252 milhões de adolescentes de 15 a 19 anos de idade e dois milhões de meninas com menos de 15 anos de idade ficam grávidas por ano em todo o mundo e que cerca de 15 milhões utilizam métodos contraceptivos, enquanto 23 milhões não utilizam ou não tem acesso.

Finalmente, a gravidez na adolescência representa preocupante indicador social, subtraindo a infância, adolescência e juventude de meninas e meninos todos os dias.

Além disso, a gravidez precoce é um problema multifatorial, envolvendo a omissão da família, da sociedade e do Estado, que se soma à imprudência, levando adolescentes a praticarem relações sexuais sem os devidos cuidados, resultando nos atuais índices de gravidez elevada.

Segundo (Altmann, 2003) os dados sobre o aumento da gravidez na adolescência na realidade têm sido problematizados, a fim de confirmar e situar as condições sociais e históricas de sua emergência. Acrescenta-se a isso que este aumento repercute também nos índices de evasão escolar por razões ligadas à maternidade ou paternidade.

Portanto, a gravidez precoce, necessita de uma abordagem sobre a sexualidade dos adolescentes para evitar as suas consequências negativas para a vida dessas pessoas e é isso que essa dissertação pretende prevenir.

3.1.2 Infecções Sexualmente transmissíveis ISTs e a AIDS

Segundo (Waideman, 2003) citando dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) metade das pessoas infectadas pelo vírus do HIV apresenta menos de 25 anos de idade.

No Brasil, conforme Ministério da Saúde (Brasil, 2017), por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no período de 1985 a 2016, foram notificados 21.065 casos de HIV em adolescentes, confirmando que a adolescência devida a sua susceptibilidade às doenças sexualmente transmissíveis, é um dos grupos prioritários para as estratégias de proteção e prevenção as Infecções Sexualmente transmissíveis (ISTs), sendo o grupo mais precocemente acometido pelo HIV por via sexual direta, e as medidas de atenção interfere com a evolução da infecção e doença.

Para (Werebe 1998) três situações problemáticas que envolvem a sexualidade de adolescentes sendo elas: o crescimento demográfico, a liberalidade sexual dos adolescentes, e a disseminação do vírus HIV.

Conforme (Waideman, 2003) devido a alta incidência de infecção pelo HIV em adolescentes, ocorre a necessidade de educação sexual para essa população.

Segundo (Martins, Tôrres, dos Santos, Feitosa, Cunha, Stoco & Marques, 2020), estudos mostram que quanto maior o número de adolescentes que vivenciam sua sexualidade com maior liberdade, associadas a fatores ambientais e sociais determinantes, tais como, baixo nível de instrução e dificuldade de acesso aos serviços de saúde, tem elevado o número de casos novos de infecções sexualmente transmissíveis nessa população.

Diante do quadro exposto, onde ainda se observa a ocorrência de transmissão vertical do vírus HIV em adolescentes, além da tendência do aumento de notificações nas populações mais jovens, surgiu o questionamento sobre como a educação sexual pode auxiliar os adolescentes para prevenção de infecções sexualmente transmissíveis.

3.1.3 Comportamento sexual de abuso sexual na adolescência

Segundo (Fávero, Vitale & Baptista, 2008) a violência sexual contra adolescentes é um fenômeno prevalente no Brasil, sendo construído socialmente, e fundado em situações permissíveis, pois ocorre uma complacência social em relação aos casos de maus tratos, devido à crença que os responsáveis legais, têm direito ilimitado sobre os adolescentes tutelados, o que pode levar a abusos de poder do mais forte sobre o mais fraco.

Conforme os autores acima, a definição de abuso ou violência sexual pode variar desde atos que envolvem contato sexual com ou sem penetração genital, anal ou oral a atos em que não há contato sexual, como o voyeurismo, o exibicionismo, prática de carícias e manipulação de genitália, mama ou ânus, sendo sempre considerada como violência quando a vítima é menor de 14 anos.

Para (Fontes, Conceição & Machado, 2017) a violência sexual contra adolescentes, ainda é um evento frequentemente silenciado, pois muitas vezes, as vítimas deixam de denunciar por medo de vinganças e do preconceito social que pode ocorrer.

Outra situação incidente, é que grande parte dos casos de abuso sexual ocorrem no ambiente familiar, causando aos adolescentes sentimentos de vergonha, medo, raiva e humilhação.

Conforme (Fávero, Vitale & Baptista, 2008) a maioria dos casos de violência sexual tem como algoz pessoas do gênero masculino.

Para (Lopes, Lewgoy & Marques, 2020) a violência sexual contra adolescentes mostra-se de diferentes formas, de tal maneira que um sintoma ou sinal isolado, não permite afirmar sua existência. Contudo, trata-se de um grande problema de saúde pública, caracterizando uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos.

No caso dos adolescentes em conflito com a lei, a discriminação e o preconceito potencializam a vulnerabilidade a que estes estão expostos. Os estudos que tratam da violência contra essas pessoas, mostram um número crescente de adolescentes em situação de violência, sendo que as consequências dessa forma de violência para as vítimas podem variar devido às características de cada adolescente, ao apoio social e afetivo recebido por órgãos de proteção e pessoas significativas, principalmente o apoio familiar, que muitas vezes nem existe.

4 JOGOS COOPERATIVOS

Numa sociedade cada vez mais competitiva, existe uma emergente idealização da necessidade de promover atitudes de cooperação entre as pessoas e nas comunidades.

Essa tendência tem modificado a maneira de se trabalhar em grupo e consequentemente a educação.

Conforme (Gonçalves & Fischer, 2007). De origem tribal, os jogos cooperativos, tiveram início há milhares de anos, onde os membros da comunidade se reuniam para comemorar e celebrar a vida.

No entanto os jogos cooperativos enquanto conceito educacional teve início com o pesquisador canadense Terry Orlick, na década de 1970, que elencou como princípios primordiais desses jogos: a cooperação, a aceitação, o envolvimento e a diversão.

Orlick problematizou sobre as regras dos jogos tradicionais e adaptou-os para transformá-los em jogos cooperativos. Neles o confronto é eliminado e joga-se uns com os outros, ao invés de uns contra outros e nesse contexto, a comunicação e a criatividade são estimuladas para se alcançar um objetivo comum.

Segundo (Orlick, 1989), o objetivo primordial dos jogos cooperativos é criar oportunidades para o aprendizado cooperativo e a interação cooperativa prazerosa.

“A cooperação exige confiança porque, quando alguém escolhe cooperar, conscientemente coloca seu destino parcialmente nas mãos de outros. Os Jogos Cooperativos são essencialmente divertidos, pois o riso prende a atenção de todos, e assim acontece o envolvimento de corpo e alma” (Orlick, 1989).

Segundo (Brown, 1994), para fomentar valores humanos de respeito, solidariedade, relações sociais justas, então nossas ações devem ser coerentes com esses valores. Por isso, é necessário estar atentos às mensagens que transmitimos por meio dos jogos que praticamos.

As atividades cooperativas podem contribuir para o fortalecimento da identidade de um grupo, e com isso abordar temas como, por exemplo, responsabilidade social, equidade, e resiliência.

Para cooperar moralmente, ou seja, agir de forma solidária e respeitando-se mutuamente, é preciso ter a capacidade de “descentração” (Saltini & Cavenagui, 2014) que significa colocar-se no lugar do outro e entender outros pontos de vista, o que depende da estruturação cognitiva ao longo do desenvolvimento do sujeito.

O aspecto lúdico das atividades pode tornar as pessoas mais flexíveis e abertas para novos conceitos dentre eles os da educação sexual, por isso que essa temática foi escolhida para essa dissertação.

No Brasil Fábio Brotto e sua esposa, Gisela Franco foram os precursores dos Jogos Cooperativos, pois em 1992, criaram o Projeto Cooperação, destinado à difusão dessas atividades por meio de palestras, oficinas, eventos, publicações e produção de materiais didáticos.

Segundo (Brotto, 1995) essa nova proposta de atividade objetivou equalizar as habilidades físicas com o desenvolvimento das potencialidades intrapessoais e interpessoais.

Nessa perspectiva, (Brotto, 1995) publicou em o livro “Jogos Cooperativos: se o importante é competir o fundamental é cooperar”, que ainda é referencia para vários educadores brasileiros trabalharem com essa temática. (Soler, 2008).

Em 2001 foi lançada a “Revista de Jogos Cooperativos” editada por Luciano Lannes e Mônica Teixeira, com o objetivo de difundir as propostas e projetos que começaram a surgir no Brasil. (Soler, 2008).

A partir dessa publicação periódica vários autores da educação, da administração de empresas dentre outras áreas, começam a desenvolver trabalhos com jogos cooperativos.

Segundo (Brotto, 2002) por meio dos jogos cooperativos nos sentimos confortáveis e confiantes para desfazer nossos bloqueios e compartilhamos qualidades como autoestima, criatividade, entusiasmo, comunicação, confiança e respeito mútuo.

Segundo (Amaral, 2004), os jogos cooperativos objetivam o aprimoramento das condições, capacidades, qualidades ou habilidades de cada indivíduo, sendo uma estratégia para dinâmicas de grupo por meio de um objetivo comum, pois o que mais importa é a colaboração de cada indivíduo do grupo, para que o grupo consiga superar os desafios.

Nessa perspectiva, os jogos cooperativos podem propiciar uma participação autêntica, fazendo com que o ganhar e o perder sejam, apenas, referências para o crescimento pessoal e coletivo.

Segundo (Brotto, 1997): “Aprendendo o verdadeiro significado da consciência de grupo paramos de olhar para nós mesmos como um ser separado de todos os outros e começamos a ver nosso o com toda a humanidade, a Natureza e o Cosmos. Nessa realização, aprendemos a ciência da arte da cooperação”.

Nos jogos cooperativos as regras são elaboradas ou criadas num ambiente cooperativo também, e estas regras muitas vezes são muito simples, e podem ser jogados como pratica de lazer sem a exacerbação da competitividade.

Segundo (Schwartz, Bruna, & Luba, 2002), "a pessoa é auto motivada para qualquer prática, principalmente a lúdica, sendo que tendem a notar a importância de atividades para o seu desenvolvimento, assim sendo, favorece a procura pelo retorno e pela manutenção de determinadas atividades".

Segundo (Brotto, 2002) no jogo cooperativo a agressividade é desincentivada, pois cria possibilidades de compreensão das limitações das outras pessoas.

Conforme o autor supracitado, os jogos cooperativos possuem varias características importantes:

- Desestimulam a competição: o objetivo é que todos participem para poder alcançar uma meta comum.
- Eliminam a eliminação: o esboço do jogo cooperativo busca a integração de todos.
- Incentivam a criatividade: para criar: criar é construir e, para construir, a colaboração de todos é fundamental.

O aprendizado por meio de vivencias, geralmente é mais efetivo e duradouro, pois as pessoas passam a participar ativamente do processo da construção do conhecimento. Quando a competição está presente no processo de aprendizagem, percebe-se a diminuição da autoestima e o aumento do medo de falhar, reduzindo a expressão de capacidades. A competição promove a comparação entre as pessoas e acaba por favorecer a exclusão baseada em poucos critérios. Um ambiente competitivo aumenta a tensão e a frustração e pode desencadear comportamentos agressivos.

Nessa perspectiva, (Murcia, 2005) afirmam que os Jogos Cooperativos, prevê uma espécie de cooperação intelectual, pois é necessária a análise de várias sugestões distintas

para a resolução de um mesmo problema, levando os participantes a conhecerem outros pontos de vista além do seu e encontrar argumentos para defendê-lo ou coordená-lo com o dos demais. Essa aprendizagem ativa é também pautada no conhecimento prático e na compreensão técnica e tática do jogo. Além disso, em um ambiente com baixo nível de estresse, esse intercâmbio de ideias pode tornar os estudantes mais questionadores, refletindo sobre os problemas, pensando em formas eficazes de tomar decisões, melhorando as suas habilidades de comunicação, aumentando a confiança e a autoestima, ou seja, cooperando intelectualmente.

Nas atividades cooperativas a aprendizagem de conceitos, pode ser potencializada, pois a situação de exclusão é excluída da estratégia cooperativa e nessa perspectiva, fomenta a liberdade da competição liberando o processo criativo e a participação ativa.

Para finalizar esse capítulo gostaria de citar uma parte do texto de Rubem Alves, “tênis ou frescobol”.

Quadro 2 – Texto “Tênis ou Frescobol” de Rubem Alves

O tênis é um jogo feroz. Seu objetivo é derrotar o adversário. E a sua derrota se revela no seu erro: o outro foi incapaz de devolver a bola. Joga-se tênis para fazer o outro errar. O bom jogador é aquele que tem a exata noção do ponto fraco do seu adversário, e é justamente para aí que ele vai

Fonte: Rubem Alves (2005)

5 METODO

Esse trabalho consistiu na apresentação de uma proposta de jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei para professores de educação física que trabalhem com essa população para se estudar a viabilidade e a adesão desses profissionais.

As atividades são de domínio publico sendo que algumas delas foram adaptadas de (Alves & Araújo, 2012) para o contexto da educação sexual.

Mediante isso nesse capítulo foram abordados o tipo de pesquisa, as características do público-alvo, e os procedimentos para coleta e análise das informações.

5.1. Tipo de pesquisa

De acordo com os objetivos desta investigação, entende-se que o método qualitativo se torna a abordagem adequada, pois segundo (Sampieri, Collado & Lúcio, 2006), o método qualitativo “(...) consiste em compreender um fenômeno social complexo. A ênfase não está em medir as variáveis envolvidas no fenômeno, mas em entendê-lo”.

Para os autores supracitados, a pesquisa qualitativa é capaz de oferecer um ponto de vista recente, natural e holístico dos fenômenos estudados.

5.2 Participantes da Pesquisa

A amostra foi por conveniência, com sujeitos que voluntariamente quiseram participar do estudo. Todos assinaram termo de declaração de consentimento esclarecido para participar do estudo conforme as normas vigentes para execução de experimentos com seres humanos no Brasil.

Foram convidados por meio do aplicativo *whatsapp* para participar desta pesquisa sete professores de Educação Física, sendo uma do gênero feminino e seis do gênero

masculino, que trabalham com adolescentes em conflito com a lei que estão cumprindo medidas sócio educativas sendo cinco participantes que trabalham na Fundação CASA e dois participantes que trabalham em um Centro Educacional Unificado (CEU) na cidade de São Paulo que é a escola de referencia cujo poder judiciário encaminha adolescentes em conflito com a lei, para compulsoriamente estudar na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

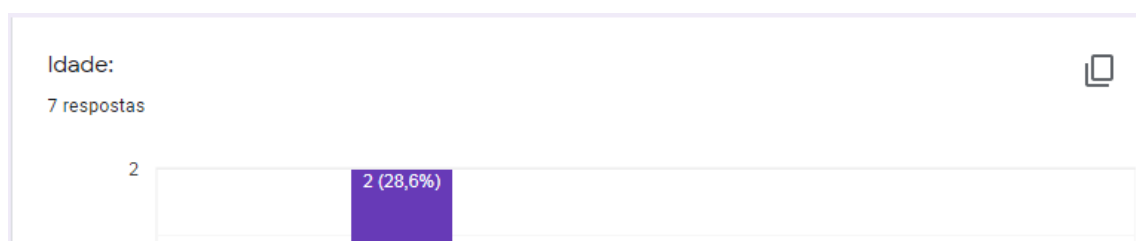
Todos esses professores foram contratados via concurso público, perfazendo o seguinte perfil:

Quadro 3 – Respostas individuais sobre a idade dos professores participantes da pesquisa.

37	Respondente 1
37	Respondente 2
33	Respondente 3
48	Respondente 4
50	Respondente 5
52	Respondente 6
61	Respondente 7

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta google forms (2021).

Quadro 4 – Gráfico sobre o perfil de idade dos professores participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta google forms (2021).

O grupo de participantes possui Média de idade de 45 anos e um desvio padrão de 10,080, o que mostra uma variabilidade grande de idade entre os sujeitos, ou seja, o grupo possui três professores em início de carreira, três numa fase mediana, e um prestes a se aposentar, o que pode significar diferenças na formação acadêmica e na experiência profissional.

Quadro 5 - Perfil de formação dos professores participantes da pesquisa.

	<i>Respondente 1</i>
<i>Licenciatura plena em EF</i>	
	<i>Respondente 2</i>
<i>Educação Física - bacharel e licenciado</i>	
	<i>Respondente 3</i>
<i>Bacharel em educação física</i>	
	<i>Respondente 4</i>
<i>Professora de Ed. Física</i>	
	<i>Respondente 5</i>
<i>Professor Educação Física</i>	
	<i>Respondente 6</i>

Profissional de educação física

Respondente 7

Licenciatura Plena em Educação Física

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta google forms (2021).

O grupo apresenta três licenciados em educação física, que segundo a Lei nº 9.696/98 é a formação ideal para se trabalhar em escolas e fundações educativas.

Apresenta também dois sujeitos com licenciatura plena em educação física, que é uma formação mista de licenciatura e bacharelado, que atualmente não ocorre mais, segundo a Resolução CNE/CP nº 1/2005.

O grupo possui também um bacharel em educação física que trabalha com esportes na Fundação Casa, e um sujeito com duas graduações bacharelado e licenciatura em educação física, o qual é habilitado para trabalhar tanto em escolas quanto em atividades fora da escola.

Esse cenário demonstra uma variabilidade na formação profissional dos sujeitos, apesar de serem todos profissionais de Educação Física, conforme a legislação vigente e a regulamentação da profissão.

Quadro 6 - Perfil do local de formação dos professores participantes da pesquisa.

Respondente 1

São Paulo - SP. Curso de Educação Física

Respondente 2

São Paulo - SP

Respondente 3

Uninove Barra Funda, Educação Física.

Respondente 4

Unesp/Educação Física

*Respondente 5**UNICAMP EDUCAÇÃO FÍSICA**Respondente 6**Universidade de Mogi das Cruzes, Licenciatura em Ed. Física.**Respondente 7**Universidade de Mogi das Cruzes*

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta google forms (2021).

Quanto às instituições formadoras dos profissionais do grupo de participantes, temos dois formados em universidades publicas do interior de São Paulo, dois oriundos de uma universidade particular da grande São Paulo e três egressos de universidades particulares de São Paulo capital.

Isso demonstra a variabilidade na formação acadêmica do grupo de participantes, pois somente dois sujeitos estudaram na mesma universidade.

Quadro 7 – Respostas individuais referentes ao ano de formatura dos professores participantes da pesquisa.

*Respondente 1**2010**Respondente 2**2007**Respondente 3**2010**Respondente 4**1995**Respondente 5**1996**Respondente 6*

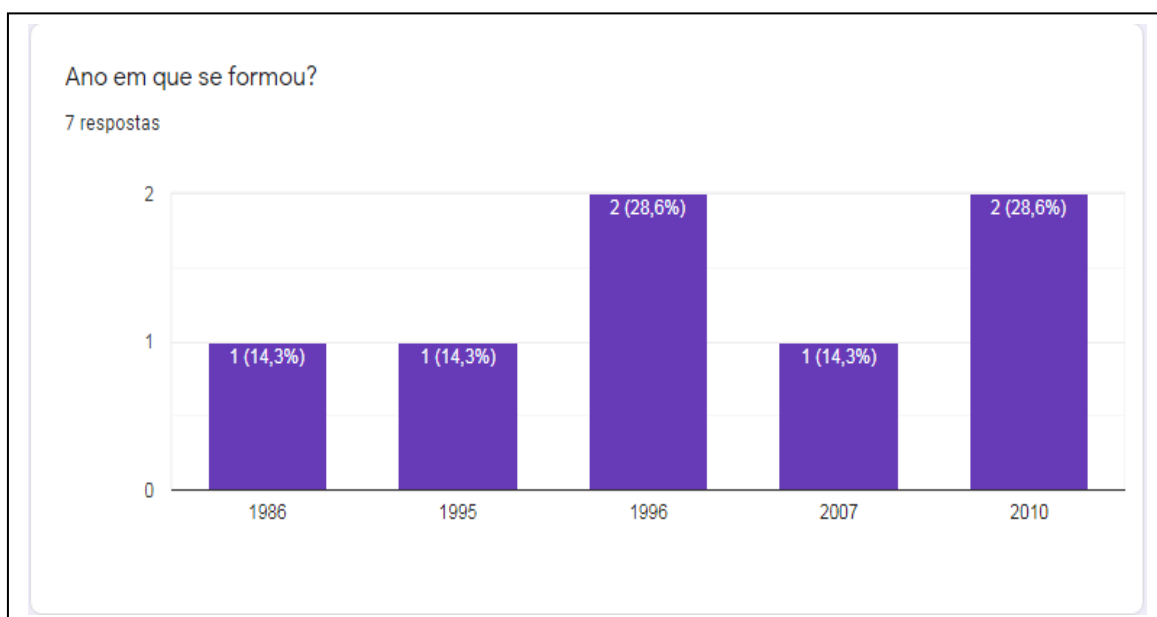
1996

Respondente 7

1986

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Quadro 8 – Gráfico referente ao perfil do grupo sobre o ano de formatura dos professores participantes.



Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

O grupo possui uma variabilidade da temporalidade de formação de 24 anos (1986 a 2010), ou seja, são profissionais que tiveram formações diferentes sendo que a maioria do grupo composta por quatro sujeitos se formaram antes da regulamentação da profissão que ocorreu em 1998, e três sujeitos se formaram após a regulamentação.

Essa situação é significativa, pois os projetos pedagógicos dos cursos e as matrizes curriculares sofreram muitas mudanças, sendo que antes da regulamentação, as licenciaturas eram muitas vezes voltadas para a formação esportiva na escola, e após a Lei nº 9.696/98, as diretrizes das licenciaturas são norteadas para contemplar a educação

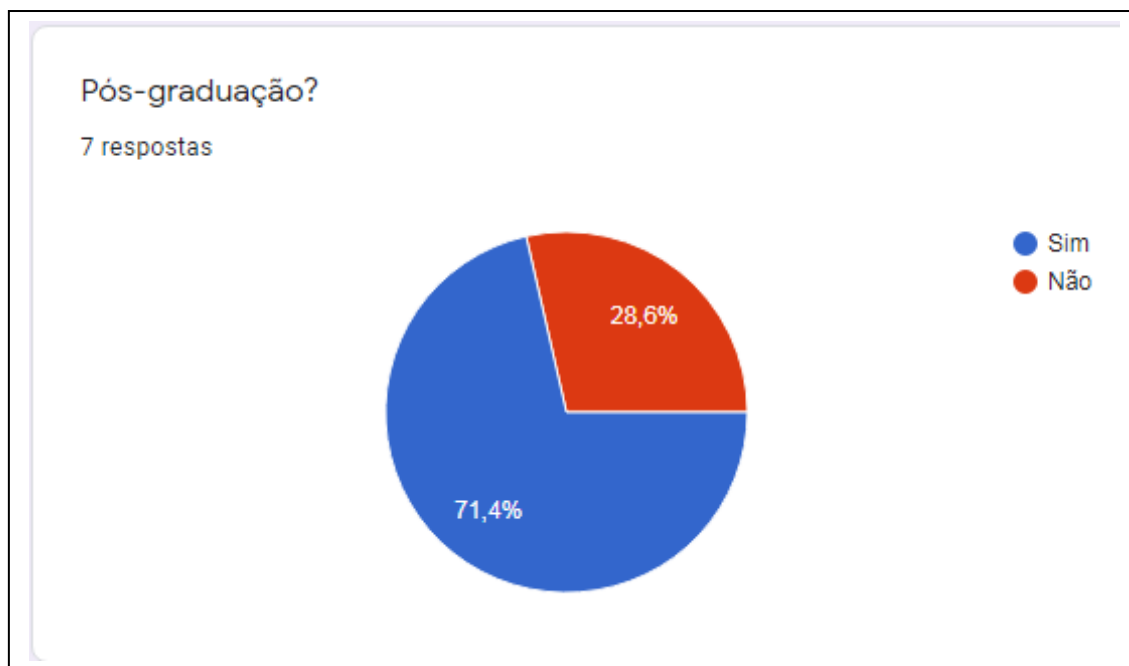
corporal, e a inserção da educação física dentro da proposta pedagógica da escola, contemplando disciplinas da área de educação e estagio supervisionado em escolas, e nesse cenário a formação no bacharelado não possui disciplinas da área de educação, e é específica para os esportes e outras atividades físicas fora do ambiente escolar, sendo que o estagio pode ser realizado em clubes, academias dentre outras áreas de atuação, diferenciando ambas as formações.

Quadro 9 – Respostas individuais dos participantes da pesquisa acerca da formação em pós-graduação.

	<i>Respondente 1</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 2</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 3</i>
<i>Não</i>	
	<i>Respondente 4</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 5</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 6</i>
<i>Não</i>	
	<i>Respondente 7</i>
<i>Sim</i>	

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Quadro 10 – Gráfico sobre o perfil dos participantes da pesquisa acerca da formação em pós-graduação.



Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

A amostra de participantes se mostrou qualificada, pois cinco sujeitos são pós-graduados sendo quatro com formação *latu sensu* (especialização) e um mestre, e dois professores ainda não fizeram pós-graduação.

Quadro 11 - Perfil de tempo de atuação na instituição dos professores participantes da pesquisa.

5 anos	Respondente 1
11 anos	Respondente 2
8 anos	Respondente 3
19 anos	Respondente 4

Respondente 5

20 anos

Respondente 6

19 anos

Respondente 7

21 anos

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

A média de tempo de atuação na instituição educacional do grupo foi de 14,7 anos e o desvio padrão foi de 6,55, o que demonstra uma variabilidade na experiência docente, tendo quatro professores com uma experiência na faixa de 20 anos de trabalho com adolescentes em conflito com a lei, e outros três mais recentes, na faixa de 10 anos de experiência, mas nenhum participante do grupo é recém-contratado, pois todos segundo as normas do serviço público estadual paulista e do município de São Paulo, já passaram pelo estágio probatório de três anos, ou seja, são todos considerados legalmente como experientes e aptos para desenvolverem as suas funções.

5.3 Procedimentos

A coleta de dados foi realizada por intermédio da técnica de questionário, que foi respondido pelo público-alvo desta pesquisa.

A escolha dessa modalidade se deve ao fato de que esse instrumento é uma técnica consolidada na área de pesquisa envolvendo ciências humanas, e possibilita ao pesquisador a categorização das respostas. (Severino, 2007).

O roteiro de questões do questionário foi elaborado de forma a responder ao objetivo desta pesquisa.

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando o aplicativo *whatsapp* (2021).

O formulário <https://forms.gle/3yYohfHNZjmnkrPZA> consta na primeira pagina as seguintes informações:

Olá Companheir@s

Muito obrigado por participar da pesquisa de mestrado “Jogos cooperativos: uma proposta para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei.”

Essa proposta de atividades de jogos cooperativos visa desenvolver conceitos de educação sexual para prevenção de gravidez na adolescência, prevenção de ISTs e AIDS e de abusos sexuais e estupro.

Dessa forma pretende-se trabalhar esses conceitos, e estimular a cooperação, integração, socialização, criatividade, imaginação, comunicação, expressão corporal e a

motivação por meio de atividades que têm um caráter lúdico, permitindo aos participantes momentos de descontração e alegria, fatores importantes para o bem-estar do ser humano.

Essas atividades foram estruturadas com o auxílio de diversos materiais de fácil obtenção e são as seguintes:

1) Círculo maluco – todos de mãos dadas em círculo. Cada participante deve sugerir uma tarefa ao grupo e este sem soltar as mãos deverá executá-la. Quando ocorrer de alguém soltar a mão, esse deve citar uma infecção sexualmente transmissível, que será comentada pelos adolescentes e professor quanto aos sintomas, prevenção e tratamento. A atividade segue até as principais ISTs serem contempladas.

2) Duas ilhas – a atividade é dividida em dois extremos, ou seja, duas "ilhas fictícias" compostas por colchonetes, sendo que entre elas existe um espaço vazio denominado também de forma fictícia como "mar". Todos os participantes devem ficar sobre a "ilha" do lado direito. O objetivo desta prática é a travessia de uma "ilha" a outra, em duplas, sobre o colchonete, denominado como "barco", o arrastando. Todos devem chegar à mesma "ilha". Quando a tarefa tiver sido realizada o professor irá explicar como se utiliza o preservativo, após essa explicação o professor irá encher a camisinha assoprando e os sujeitos deverão retornar a ilha inicial passando o preservativo de mão em mão até se chegar ao fim da tarefa.

3) Ajudando seus amigos – os participantes distribuídos por um espaço determinado, devem ao ritmo da música, deslocar-se com chapéus compostos por cartolinas onde estarão escritos métodos contraceptivos, que, por sua vez, ficarão sobre a cabeça de cada um. Toda vez que este cair no chão, o professor interrompe a atividade e resumidamente

adolescentes e professor comentam o método, após isso, um sujeito ao lado deve pegá-lo e, conseqüentemente, colocar na cabeça daquele que o deixou cair.

4) Jogos com camisinhas – antes do início da atividade o professor explica a importância do uso da camisinha e sobre sua correta colocação e sua resistência, após essa fase, cada participante deverá portar uma camisinha com ar. O objetivo é mantê-lo em suspensão sem que para isso tenha que ficar segurando o mesmo. Com o passar do tempo outras camisinhas serão colocadas na atividade, aumentando assim a dificuldade, sendo que o que deixar a camisinha cair no chão terá como tarefa exemplificar como se coloca uma camisinha de maneira correta numa banana.

5) "Troca de passes em pequenos grupos" – os participantes serão divididos em pequenos grupos. O objetivo de cada grupo é trocar passes com as mãos ou pés, sem deixar cair a camisinha cheia de ar no chão. Inicia-se com três preservativos, e, no decorrer da atividade, este número aumenta, sendo que o grupo que deixar a camisinha cair terá como tarefa falar quais os benefícios do uso da camisinha para a saúde.

6) "Sanduíche andante" – os participantes serão divididos em pequenos grupos. Cada grupo com os seus corpos deverão formar um "sanduíche" com as camisinhas cheias de ar, assim, deve locomover-se pelo espaço destinado sem deixar os preservativos caírem no chão, enquanto num aparelho de som toca uma música de funk pré-estabelecida que possuam conceitos errados de abuso sexual como, por exemplo, “baile de favela”, “surubinha de leve”, “lei do retorno” dentre outras. Os grupos que deixarem cair terão como atividade comentar a letra da música que está tocando, e o professor irá intervir e problematizar principalmente sobre situações de abuso sexual e estupros, após

essa ação, continua a atividade com outra musica até que todas as musicas selecionadas sejam comentadas e discutidas.

Após a leitura da proposta, os sujeitos preencheram nas paginas subsequentes as seguintes questões:

Idade:

Formação profissional:

Local de Formação e curso?

Ano em que se formou?

Pós-graduação?

Tempo de atuação na instituição?

Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente?

1. Para você, quais as contribuições da Educação Física para essas pessoas?
2. Você concorda com o ensino da Educação sexual na instituição onde trabalha?
3. Quais as situações adversas que envolvem a sexualidade que você tem presenciado com os adolescentes?
4. Quando você presencia ou sabe desses problemas Como você atua?
5. A instituição promove alguma ação diante dessas situações?
6. Você acredita que a educação física pode ajudar a resolver problemas envolvendo a sexualidade de adolescentes?
7. Você conhece os jogos cooperativos?
8. Você acredita que os jogos cooperativos podem trabalhar a educação sexual de adolescentes em conflito com a lei nas atividades de educação Física?
9. As atividades dessa proposta, você considera que são efetivas? Por quê?

10. Você acha viável aplicar essa proposta em sua instituição?
11. Você se acha confortável para aplicar essa proposta em sua instituição?
12. Você acha que a direção da instituição pode apoiar a aplicação dessa proposta?
13. Qual sugestão você daria para melhorar essa proposta de atividades?
14. Qual crítica você pode fazer sobre essa proposta de atividades

5.4 Análises das informações

Os procedimentos de análise dos dados seguiram as etapas descritas por Bardin (Bardin, 1991), o qual destaca, no primeiro momento, a organização desses dados, utilizando a exploração do material.

O *google forms* apresenta organizadamente as respostas individuais e coletivas tanto em formato de texto em PDF como em planilha Excel para realização de estatísticas.

Em um segundo momento, as informações previamente organizadas foram correlacionadas com a literatura específica da área com a finalidade de reagrupá-los, neste momento, visando unir impressões e opiniões convergentes e divergentes sobre o tema abordado.

Por fim, a interpretação dessas informações pretendeu traçar um panorama confiável sobre a visão e viabilidade da implantação desse programa de jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor visualização e compreensão dos dados coletados, com os professores que trabalham com adolescentes em conflito com a lei, os resultados foram divididos em

três seções. A primeira seção compreende a caracterização da amostra, e a investigação de situações envolvendo a sexualidade com os adolescentes. A segunda seção aborda a visão dos sujeitos sobre educação física, jogos cooperativos e educação sexual. E a terceira seção foi utilizada nas considerações finais, onde os sujeitos tiveram a oportunidade de trazer sugestões e críticas para o desenvolvimento da proposta de jogos e assim por meio dos comentários da autora, concretizar esse trabalho.

6.1 Primeira seção.

Nessa etapa do questionário, os sujeitos respondem as seguintes questões:

Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente?

Para você, quais as contribuições da Educação Física para essas pessoas?

Você concorda com o ensino da Educação sexual na instituição onde trabalha?

Quais as situações adversas que envolvem a sexualidade que você tem presenciado com os adolescentes?

Quando você presencia ou sabe desses problemas Como você atua?

A instituição promove alguma ação diante dessas situações?

Quadro 13 – Respostas individuais dos participantes quanto ao numero de adolescentes em conflito com a lei atendidos atualmente.

	<i>Respondente 1</i>
<i>Nenhum</i>	
	<i>Respondente 2</i>

5

Respondente 3

60

*Respondente 4**Uns 60 por semana**Respondente 5**Diversos**Respondente 6**15 alunos**Respondente 7**40 em um centro feminino.*

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Nessa questão o respondente 1 que trabalha em um CEU que possui adolescentes em conflito com a lei respondeu nenhum, porque excepcionalmente nesse semestre em sua turma onde esta ocorrendo aulas remotas ele não possui pessoas cumprindo medidas sócio educativas.

O respondente 5 que trabalha na Fundação Casa, não soube precisar quantas pessoas está atendendo atualmente.

O respondente 7 que também trabalha na Fundação Casa, fez questão de enfatizar no questionário que trabalha com 40 adolescentes do gênero feminino.

Quadro 14 – Respostas individuais dos participantes sobre a concordância do ensino da educação sexual na instituição.

*Respondente 1**Sim**Respondente 2*

Sim

Respondente 3

Sim

Respondente 4

Sim

Respondente 5

Sim

Respondente 6

Não

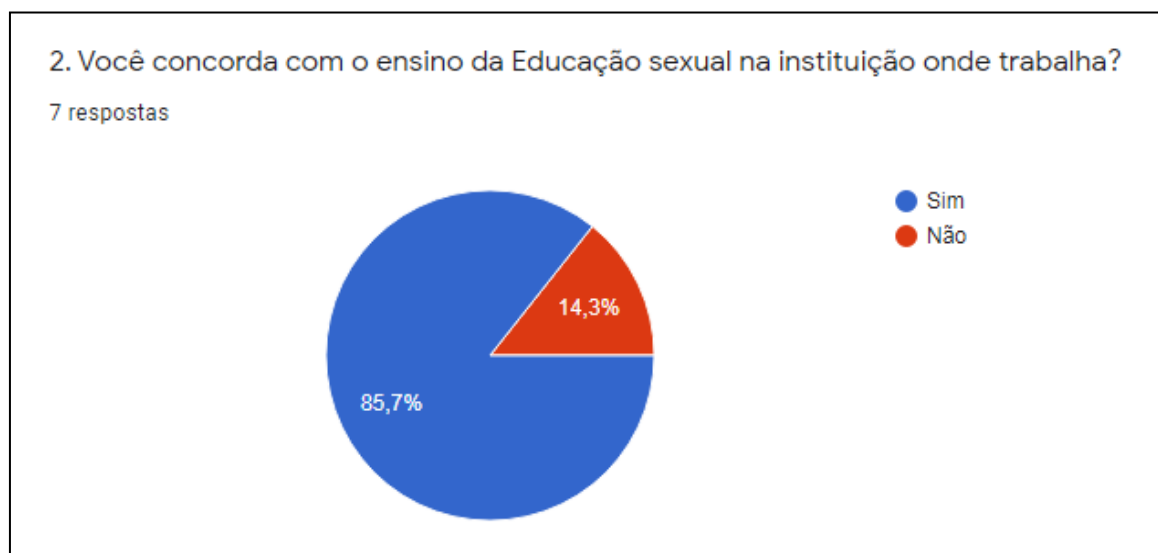
Respondente 7

Sim

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Nessa amostra somente o sujeito 6, declarou que não concorda com o ensino de educação sexual na instituição, sem justificar nesse momento a sua resposta negativa.

Quadro 15 – Gráfico das respostas individuais dos participantes sobre a concordância do ensino da educação sexual na instituição.



Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Os outros participantes todos afirmaram a concordância da inclusão da educação sexual nas ações sócio educativas da instituição, tanto os que trabalham nos CEUs quanto os outros respondentes que trabalham na Fundação Casa.

Quadro 16 – Respostas individuais dos participantes sobre situações adversas envolvendo a sexualidade em sua prática profissional.

Respondente 1

As situações mais recorrentes, são as que envolvem questões de preconceito em relação a orientação sexual e a gravidez precoce.

Respondente 2

Abuso masculino, reflexo de um patriarcado histórico e falta de preservação e cuidado feminino nesse cenário.

Respondente 3

as vezes troca de carícias, as vezes conversas sobre masturbação.

Respondente 4

Mudanças decorrentes da puberdade, masturbação, homossexualidade, violência sexual....

Respondente 5

Tabus tradicionalmente impostos

Respondente 6

As vezes questão de toque um no outro

Respondente 7

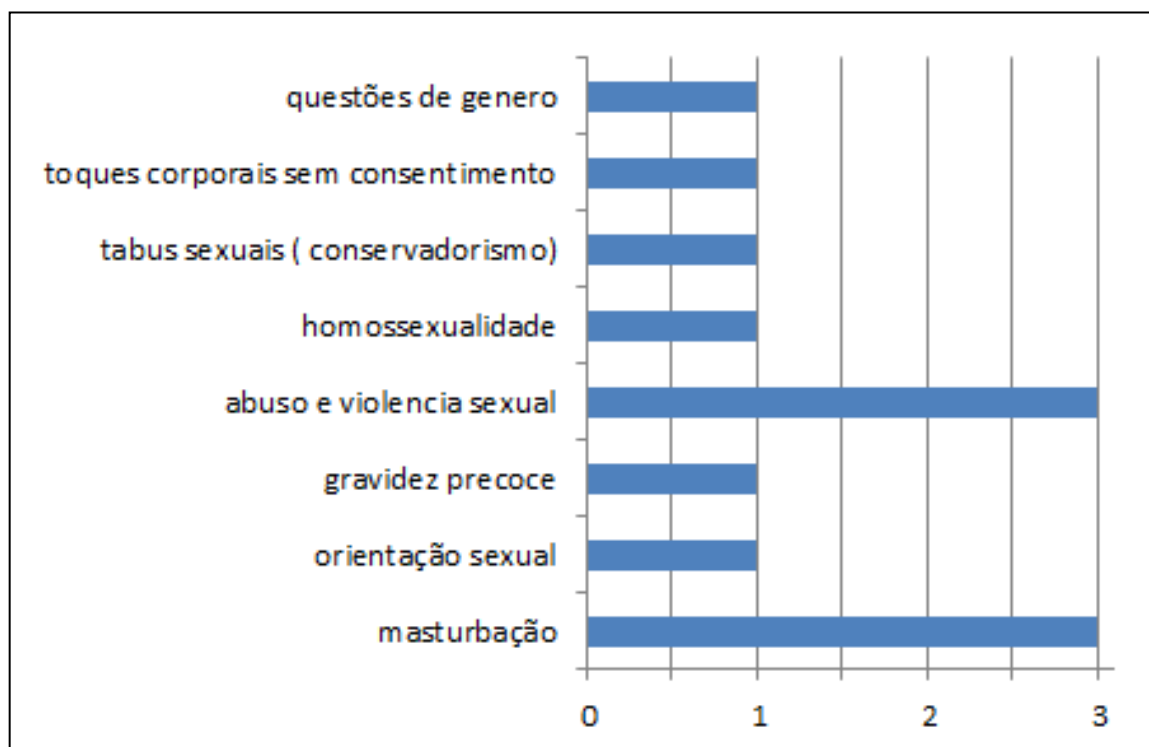
Apesar do arcabouço legal existente para compreender gêneros, a base dos funcionários que atua com os (as) adolescentes distorcem toda legislação, e impõem seus dogmas através de argumentos de caráter duvidoso. Isso existe em todas as áreas não somente na segurança, mas técnica também. Uma proposta para os adolescentes tem que passar por uma formação para visão de mundo da maioria dos funcionários.

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Nas respostas individuais sobre as situações adversas envolvendo a sexualidade presenciadas na prática profissional dos respondentes, o sujeito 7 escreveu sobre a questão de gênero, que muitas vezes é tratada numa perspectiva moralista ou dogmática

pelos educadores, que impõem muitas vezes os seus conceitos “duvidosos” sobre as variedades de gênero, apesar da legislação vigente proteger essas pessoas, e o respondente diz que essa situação não envolve somente a educação de adolescentes em conflito com a lei mas todas as outras situações da sociedade, que não respeitam a variabilidade da identidade de gênero, no qual é necessária uma formação melhor das pessoas para lidar com essas situações.

Quadro 17 – Gráfico sobre a ocorrência das atitudes adversas presenciadas pelos respondentes.



Fonte: Elaborada pela autora utilizando a ferramenta Excel (2021).

Obs: alguns sujeitos deram mais de uma resposta para a questão.

Nas ocorrências envolvendo situações de sexualidade o apontamento de “toques corporais sem consentimento” por ser uma forma de abuso, pode ser agrupado aos abusos sexuais que obtiveram 3 ocorrências.

A homossexualidade por ser sua uma forma de orientação sexual, pode ser agrupada a esse apontamento sendo que ambos obtiveram uma ocorrência cada.

O conservadorismo por si só não se justifica enquanto situação adversa a sexualidade, sendo que pode ser correlacionado com as outras situações citadas.

A gravidez precoce segundo (Altmann, 2006), é um problema social no qual necessita de políticas públicas para educação preventiva, bem como, de acesso a métodos contraceptivos, tornando-se um problema de saúde pública que necessita de informação massificada com base na responsabilidade individual.

Situações envolvendo a masturbação e abuso e violência sexual foram as mais apontadas pelos respondentes tendo 3 ocorrências cada, isso mostra que esses temas precisam ser mais abordados pela educação sexual nesses ambientes, pois a masturbação é cercada de tabus.

Nos estudos de (Ribeiro, 2020), verificou-se a diferença entre gênero quando se trata da prática da masturbação. Apenas 12 % das adolescentes mulheres relataram praticar, enquanto o gênero masculino 53 %. Observa-se o quanto a adolescente não explora o autoconhecimento diante de seu corpo, a autonomia e seu prazer, e essa situação é fomentada por conservadorismos e repressões sexuais.

O abuso sexual que também foi apontado como situações adversas pelos respondentes são algo considerado um comportamento recorrente na sociedade, pois segundo (Fávero, Vitale & Baptista, 2008) a violência sexual contra adolescentes é um fenômeno prevalente no Brasil, sendo construído socialmente, e os adolescentes em conflito com a lei devido a sua situação de vulnerabilidade social, podem estar mais suscetíveis a serem vítimas dessas formas de violência.

Questões de gênero também foram apontadas por um dos respondentes, segundo (Amaral, Paes, Dantas, & Santos, 2016), A escola no processo de construção da identidade de gênero, ainda é construída com base numa pedagogia sexista e desigual, e pode proporcionar a construção de diferenças entre os gêneros masculino e feminino.

Outro fator é a situação de pessoas transexuais que muitas vezes são desrespeitadas nos ambientes educacionais. Segundo (Saleiro, 2017), são necessários procedimentos que possibilitem e assegurem que as escolas respeitem a identidade de gênero de todos (as) adolescentes, promovendo assim a diversidade de gênero na infância e na educação.

Segundo (Lima, 2017) a transgenia vem deixando de ser um tabu para se tornar uma realidade amparada pelo Estado Democrático de Direito. O primeiro aspecto identificador de uma pessoa é o nome, o qual deve ser coerente com a imagem e isso assume maior importância quando se trata de criança e adolescente, grupo, costumeiramente, vítima de *bullying* nas escolas.

A Resolução nº 1 de janeiro de 2018 do MEC, trouxe um avanço ao permitir a matrícula com o nome social, entretanto a exigência da anuência do representante legal fez com que crianças e adolescentes que não recebem apoio familiar permanecessem desprotegidos e obrigados ao chamamento pelo nome civil.

Quadro 18 – Respostas individuais dos participantes sobre a atuação profissional perante

situações adversas envolvendo a sexualidade em sua prática profissional.

Respondente 1

Acolhimento e escuta das que sofrem o abuso ou da menina em estado de gravidez, seguida de conversa com equipe gestora da unidade escolar e na sequência, problematização dos temas em atividades.

Respondente 2

Inicialmente finalizando a situação com distanciamento ou outras medidas. A tendência é que após o momento crítico possa haver diálogo e reflexão, por fim, a médio longo prazo o desenvolvimento de projetos nesse sentido.

Respondente 3

sempre quando fico sabendo de alguma situação procuro conversar muito afim de entender as coisas e posteriormente aconselho da melhor forma a todos.

Respondente 4

Comunico a equipe psicossocial e os gestores.

Respondente 5

Diálogo, atividade, reflexão, registro.

Respondente 6

Aviso que eles t que tomar cuidado pois não é o lugar

Respondente 7

Fazendo o q a minha formação acadêmica preconiza e mostrando o resultado para os incautos e descrentes como já foi feito inúmeras vezes até que se convençam. Esse convencimento leva a uma mudança de postura mas como alega "Bordie" em seu livro "HABITUS", sair da zona de conforto envolve outros argumentos e exige uma gestão consciente dos problemas.

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

O respondente 7, utiliza a teoria de Pierre Bourdieu, em seu livro “Habitus” como forma de argumentar e fazer uma gestão consciente dos problemas, e diz que já realizou essas ações varias vezes para convencer as pessoas nas quais o respondente os intitula como sendo incautos e descrentes.

Para Pierre Bourdieu segundo (Tomé, 2009),

“o conceito de habitus, é um conjunto de disposições constituídas socialmente, da qual a subjetividade de gênero, corporificada e estruturada internamente e expressas por atuações femininas e masculinas são continuamente reforçadas pela objetividade da realidade social que atribui às representações arbitrárias da dominação, um caráter natural. Bem como, nas discussões estabelecidas acerca de como a diferença entre os papéis sociais exercidos pelo gênero masculino e o feminino foi se estabelecendo ao longo da história. A partir da diferença biológica existente entre os sexos, feminino e masculino, foram se colocando no contexto histórico movimentações na esfera sociocultural que tornaram diferenciadas as formas de educar a mulher e a representação de sua função dentro da sociedade, que a desassociaram dos espaços públicos e das esferas de poder. Deste modo, a dominação masculina persiste, pois, está inscrita nos habitus femininos e masculinos, isto é, nas representações mentais e corporais produzidas e reproduzidas de modo inconsciente e expressas por meio da violência simbólica que um gênero exerce sobre o outro. Assim, a dominação masculina, tal como entendida por Bourdieu, tem seu fundamento na lógica das produções simbólicas, que sobreviveu, as grandes modificações que foram ocorrendo ao longo da história, sobretudo, da história da educação feminina.”(Tomé, 2009 p, 18425)

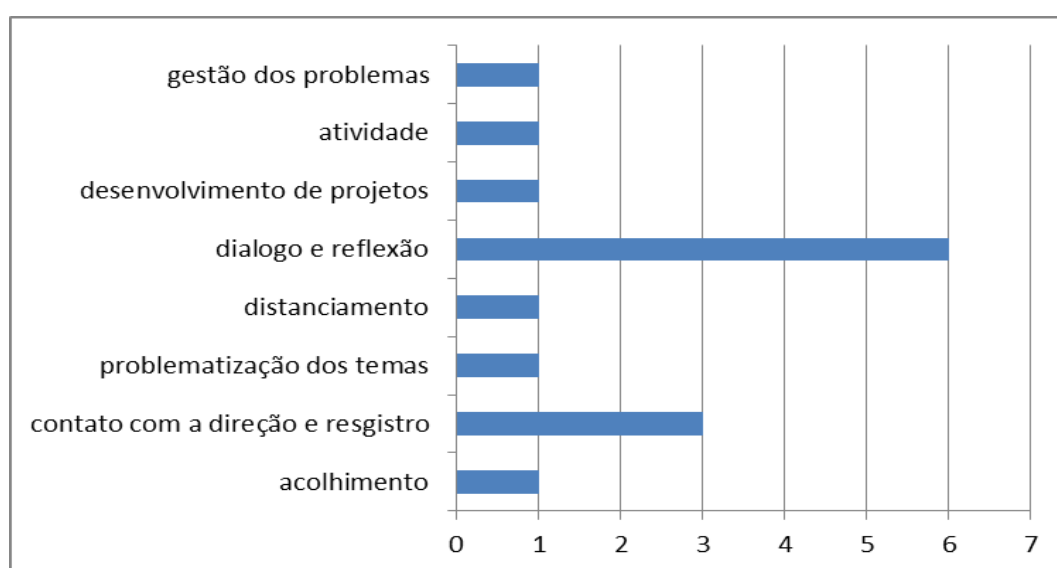
Para (Reina, Ribeiro, Muzzeti & Romanatto, 2013 p. 788) *“Segundo Bourdieu (1989), o habitus é um conjunto de disposições estruturadas no agente segundo a maneira pela qual ele interiorizou as estruturas objetivas em que viveu um processo de socialização determinado.”*

Nessa mesma perspectiva segundo (Reina, Ribeiro, Muzzeti & Romanatto, 2013 p. 790) *“senso do jogo, segundo Bourdieu (2009) trata como posicionamento correto, arte de antecipar as decisões, aproximando o habitus do agente desse campo específico, a história incorporada e a história objetivada, como se o preparasse para entender as nuances específicas desse espaço escolhido pelo agente para enfrentá-lo”*

Nessa perspectiva, talvez a teoria de Pierre Bourdieu conforme aponta o respondente 7, possa ser uma fundamentação teórica para trabalhar as relações de gênero

e os papéis sociais e sexuais das pessoas e o senso de jogo cooperativo, podendo contribuir numa intervenção educativa que possa modificar as representações mentais que envolvem a sexualidade das pessoas e com isso diminuir a violência simbólica nas relações.

Quadro 19 – Gráfico sobre as formas de atuação profissional perante as atitudes adversas presenciadas pelos respondentes.



Fonte: Elaborada pela autora utilizando a ferramenta Excel (2021).

Obs: alguns sujeitos deram mais de uma resposta para a questão.

O diálogo e a reflexão foi a ação mais citadas pelos respondentes, com 7 apontamentos, isso mostra a predisposição positiva dos professores de educação física em conversar sobre sexualidade com os adolescentes.

Isso reforça o que afirma (Altmann, 2001), que a Educação Física por trabalhar com a corporeidade tem uma situação privilegiada para tratar de temas ligados a sexualidade das pessoas, e isso pode favorecer a educação sexual de adolescentes, seja por meio de diálogos, conversas e conselhos como foram apontados nesse estudo, como

por meio de dinâmicas, atividades, desenvolvimento de projetos, problematização de temas dentre outras formas de abordagem também citadas.

Nesse estudo, contudo ocorreu uma resposta de distanciamento, ou seja, de não se envolver com o assunto e 3 apontamentos de entrar em contato com a direção e registrar o caso disciplinarmente.

Essas ações podem ser algumas vezes prejudiciais no sentido de se perder a confiança do adolescente sobre esses assuntos, o que segundo a proposta desse trabalho, deve ser preservado para se estabelecer um canal de comunicação e intervenção nessas situações.

Quadro 20 – Respostas individuais sobre a presença de ações da instituição para evitar situações adversas que envolvam a sexualidade.

	<i>Respondente 1</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 2</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 3</i>
<i>Não</i>	
	<i>Respondente 4</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 5</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 6</i>
<i>Não</i>	
	<i>Respondente 7</i>
<i>Sim</i>	

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Os respondentes 3 e 6 afirmaram que na instituição onde trabalham não existem ações de educação sexual, sendo que ambos sujeitos trabalham em unidades da fundação casa.

Quadro 21 – Gráfico representando as Respostas individuais sobre a presença de ações da instituição para evitar situações adversas que envolvam a sexualidade.



Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Os resultados apontam que no CEU que recebe adolescentes cumprindo medidas sócio educativas ocorre atividades de educação sexual, já nas unidades da Fundação Casa, conforme os apontamentos algumas oferecem ações com essa temática e outras não, é importante lembrar que existem vários subtipos de unidades na Fundação Casa, tendo divisões com relação a gênero, idade e periculosidade, e talvez essas unidades que

não oferecem essas ações não tenham percebido problemas envolvendo a sexualidade de seus educandos.

6.2 Segunda seção.

Nessa etapa do questionário, os sujeitos respondem as seguintes questões:

Você acredita que a educação física pode ajudar a resolver problemas envolvendo a sexualidade de adolescentes?

Você conhece os jogos cooperativos?

Você acredita que os jogos cooperativos podem trabalhar a educação sexual de adolescentes em conflito com a lei nas atividades de educação Física?

As atividades dessa proposta, você considera que são efetivas? Por quê?

Você acha viável aplicar essa proposta em sua instituição?

Você se acha confortável para aplicar essa proposta em sua instituição?

Você acha que a direção da instituição pode apoiar a aplicação dessa proposta?

Quadro 22 – Respostas individuais binárias (sim ou não) para diminuição de problemas envolvendo a sexualidade de adolescentes em conflito com a lei, por meio da Educação Física

	<i>Respondente 1</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 2</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 3</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 4</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 5</i>

Sim

Respondente 6

Sim

Respondente 7

Sim

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Os respondentes foram unânimes em afirmar que a educação física pode trabalhar com educação sexual para melhorar as situações adversas que envolvem os adolescentes em conflito com a lei.

Isso demonstra que os sujeitos acreditam na possibilidade de atuação, e o participante 6 que na primeira seção disse que não deveria ter educação sexual em sua instituição nesse tópico afirma que a educação física tem esse potencial.

Quadro 23 – Respostas individuais binárias (sim ou não) acerca do conhecimento dos jogos cooperativos.

Respondente 1

Sim

Respondente 2

Sim

Respondente 3

Sim

Respondente 4

Sim

Respondente 5

Sim

Respondente 6

Sim

Respondente 7

Sim

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Os participantes foram unanimes em afirmarem que conhecem os jogos cooperativos.

Essa afirmação é previsível, pois tanto na graduação quanto nos concursos públicos que eles prestaram os jogos cooperativos são conteúdos emergentes dentro da educação física.

Esse trabalho não teve o objetivo de avaliar o quanto que cada indivíduo conhece dos jogos cooperativos, por isso que fez um questionário binário e não uma auto avaliação qualitativa ou escalar sobre esse tema.

Quadro 24 – Respostas individuais binarias (sim ou não) sobre se os jogos cooperativos podem trabalhar a educação sexual de adolescentes em conflito com a lei nas atividades de educação física.

Respondente 1

Sim

Respondente 2

Sim

Respondente 3

Sim

Respondente 4

Sim

Respondente 5

Sim

Respondente 6

Sim

Respondente 7

Sim

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Os respondentes foram unânimes na afirmação de que os jogos cooperativos podem colaborar na educação sexual de adolescentes em conflito com a lei.

Isso mostra que os sujeitos acreditam no potencial da proposta desse trabalho para o desenvolvimento desse tema dentro da instituição, o que mostra a relevância dessa estratégia por parte dos participantes.

Quadro 25 – Respostas individuais justificadas, sobre a efetividade da proposta dessa dissertação.

Respondente 1

Acredito que as atividades possam ser bastante úteis no processo, mas afirmar a sua efetividade depende de vários fatores, um deles é solidez de interação com o grupo alvo.

Respondente 2

Toda proposta na qual exista afetividade, cognição e motricidade pode ser efetiva e transformadora desde que bem direcionada com sensibilidade e objetividade do mediador.

Respondente 3

sim, podem colaborar por que tratam do assunto sem constranger os adolescentes.

Respondente 4

Porque nos auxilia a trabalhar essas questões de forma lúdica.

Respondente 5

Vejo problemas nas atividades apresentadas. Todas precisam de adaptação e "domínio" da turma para desenvolvê-las.

Respondente 6

Sim, porque a sexualidade pode ser trabalhada de todas as formas

Respondente 7

Sim, são efetivas, porém dependendo do estágio que o Centro está em atendimento dos adolescentes, ou seja, não usar a educação física apenas como um "rola a bola" pode causar uma rejeição inicial e dependerá da condução do profissional esse êxito.

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

A respondente 5 apontou a necessidade de adaptação e domínio da turma para o desenvolvimento da proposta.

Essa situação não é uma necessidade específica da proposta dessa dissertação, mas toda e qualquer atividade para um grupo específico possui a necessidade de ser adaptada e o educador necessita ter domínio do conteúdo e da situação didática necessária para ministrar seu conteúdo.

Nessa perspectiva acredito que o apontamento da respondente 5 não inviabiliza a aplicação desse programa, pois as situações supracitadas são essenciais para a prática do profissional de educação física em qualquer contexto educacional que o qual venha a exercer seu ofício.

Os outros respondentes afirmaram a viabilidade da proposta sendo que apresentaram algumas observações importantes como a necessidade da interação com o grupo, a sensibilidade e objetividade do educador, a ludicidade e conforto para trabalhar esses temas e uma alternativa a ênfase exacerbada nos esportes da educação física, nos centros de socialização de adolescentes.

Quadro 26 – Respostas individuais binárias (sim ou não) sobre a viabilidade da proposta dessa dissertação em sua instituição.

Respondente 1

Sim

	<i>Respondente 2</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 3</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 4</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 5</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 6</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 7</i>
<i>Sim</i>	

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Os respondentes foram unânimes na afirmação da viabilidade da implementação dessa proposta na instituição onde trabalham.

Nesse contexto o respondente 5 que na questão anterior viu problemas de viabilidade da proposta nesse segundo momento afirma a viabilidade, e nessa perspectiva pode se entender que a respondente acha a proposta viável dependendo do educador e grupo que venha desenvolvê-la.

Quadro 27 – Respostas individuais binárias (sim ou não) sobre o conforto em aplicar essa proposta em sua instituição.

	<i>Respondente 1</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 2</i>

Não

Respondente 3

Sim

Respondente 4

Sim

Respondente 5

Sim

Respondente 6

Sim

Respondente 7

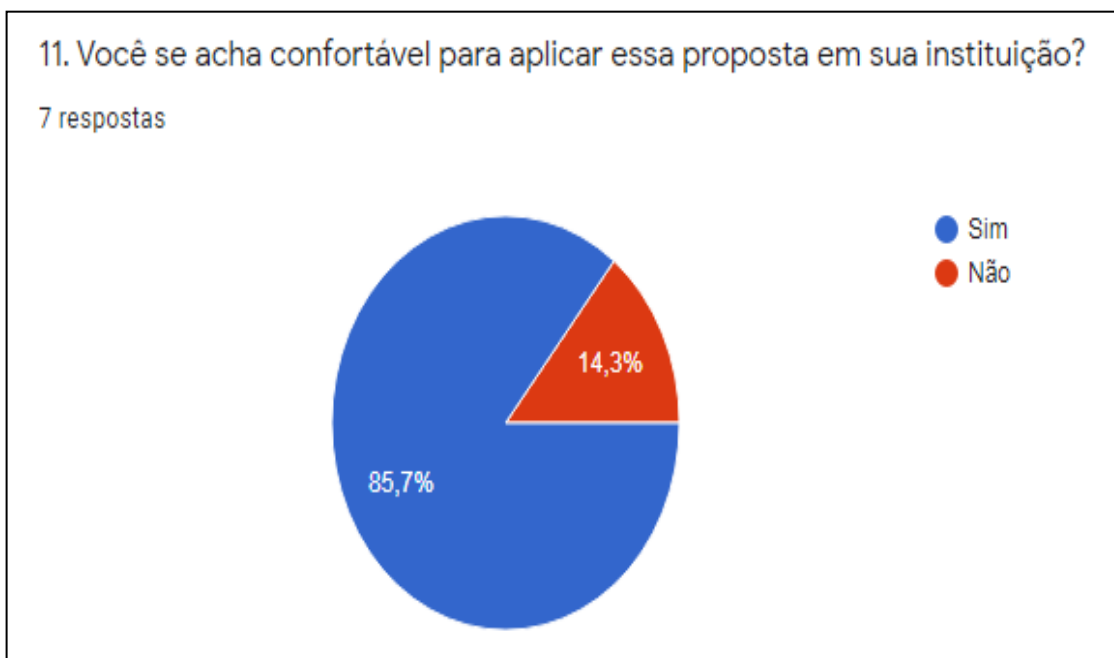
Sim

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Nessa questão o sujeito 2 afirma que não esta confortável para aplicar essa proposta em sua instituição, apesar de acha-la viável e eficaz.

Os outros respondentes afirmaram conforto em aplicar as atividades em sua instituição.

Quadro 28 – gráfico sobre as respostas individuais binarias (sim ou não) sobre o conforto em aplicar essa proposta em sua instituição.



Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

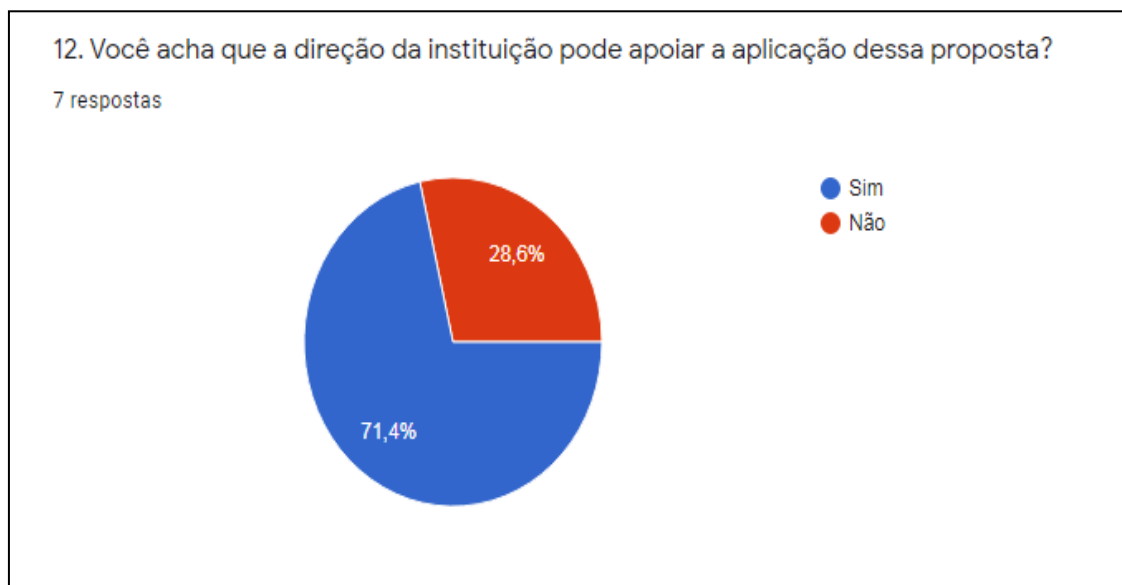
Quadro 29 – Respostas individuais binárias (sim ou não) sobre o apoio da direção da instituição para a aplicação prática dessa proposta.

	<i>Respondente 1</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 2</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 3</i>
<i>Não</i>	
	<i>Respondente 4</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 5</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 6</i>
<i>Sim</i>	
	<i>Respondente 7</i>
<i>Não</i>	

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Nessa questão o respondente 3 e o respondente 7 ambos da fundação casa afirmaram que a impressão deles é que a direção da instituição que no caso são unidades da Fundação Casa não apoiarão a implementação da proposta.

Quadro 30 – Gráfico das Respostas individuais binarias (sim ou não) sobre o apoio da direção da instituição para a aplicação prática dessa proposta.



Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Essa situação com relação ao respondente 3 mostra uma coerência com a situação demonstrada na seção 1 de que nessa instituição não existe atividades de educação sexual.

Já com o respondente 6 que na primeira seção firmou não haver ações de educação sexual em sua instituição agora nessa pergunta responde afirmativamente, o que pode ser interpretado é que a falta de atividades de educação sexual nesse local não é devido a direção, e pode ter outros fatores que inviabilizam as atividades.

Com relação ao respondente 7 segundo as repostas da seção 1 a unidade possui atividades de educação sexual, mas na unidade 2, ele afirma que ele entende que a direção não apoiaria essa proposta.

Vale lembrar que essa é uma unidade da fundação casa feminina, e que a educação sexual pode estar sendo realizada mesmo contrariando a gestão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as considerações finais dessa dissertação, utilizaram-se as questões da seção 3 do questionário:

Nessa etapa do questionário, os sujeitos respondem as seguintes questões:

Qual sugestão você daria para melhorar essa proposta de atividades?

Qual crítica você pode fazer sobre essa proposta de atividades?

Essas questões foram respondidas e comentadas chegando as considerações finais do trabalho.

Quadro 31 – Respostas individuais sobre sugestões para melhoria da proposta de atividades dessa dissertação.

Respondente 1

Difícil sugerir algo, sem inseri-las em um contexto de mapeamento, diálogo, problematizações, etc. Sinto que precisaria aplica-las nesse contexto, para só depois, sugerir algo.

Respondente 2

Buscar conhecimento prévio e usá-los como norteadores das intervenções é proposições.

Respondente 3

ela deveria ser facultativa, pois em alguns casos a unidade não tem um clima muito legal, o que não propicia um ambiente favorável para isso, além da necessidade de pessoas aptas a aplicação de tais conteúdos.

Respondente 4

A equipe da saúde, enfermeiros, profissionais de Ed.Física, equipe psicossocial, enfim trabalhar todos juntos, em encontros semanais a critério de orientação para os educandos, visando esclarecer suas dúvidas e orientando-os sobre possíveis dúvidas, pode se utilizar dinâmicas de grupo, filmes temáticos.....

Respondente 5

Adequação dos jogos. Mas não fica clara a metodologia para uma melhor análise.

Respondente 6

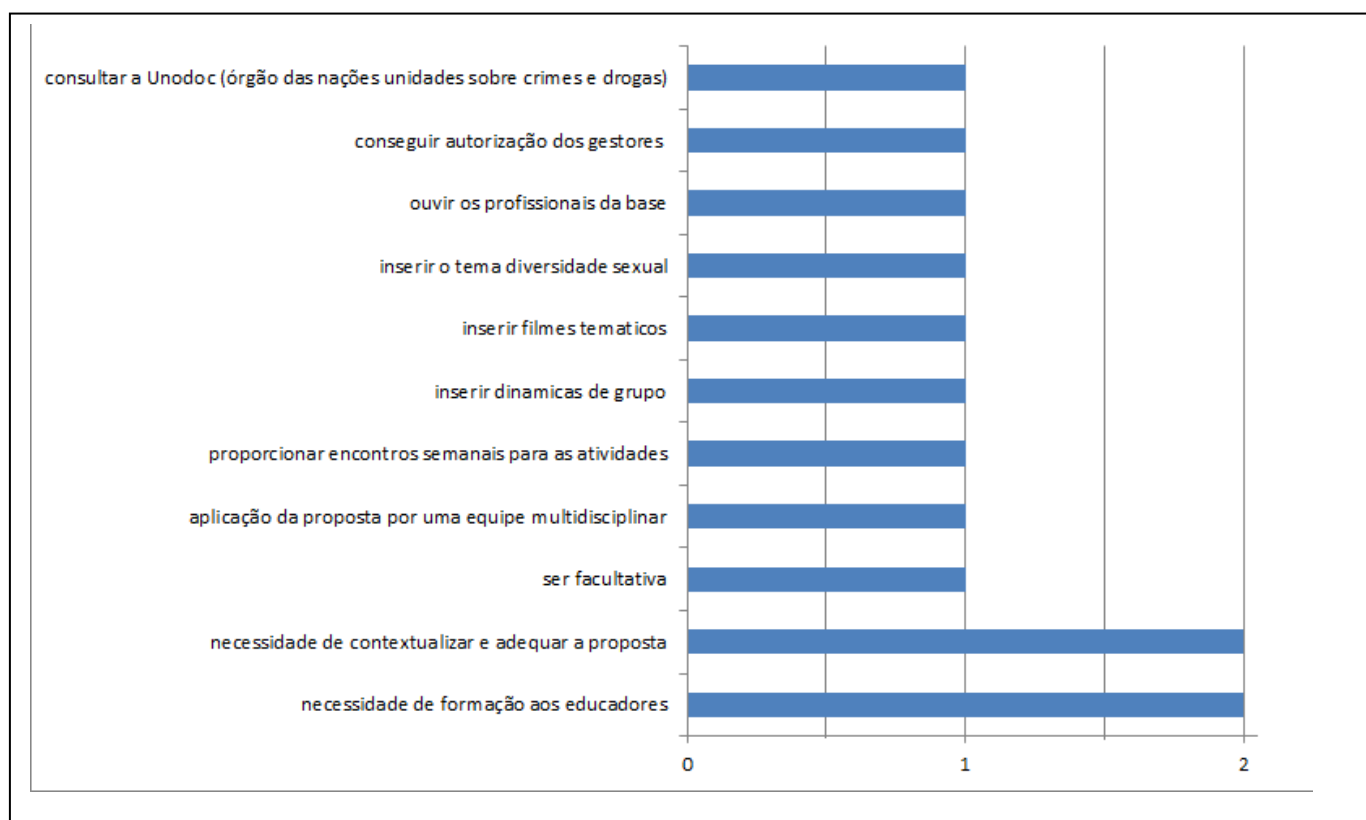
Trabalhar a adversidade sexual

Respondente 7

As propostas são boas, existem similaridade com documentos da Unodoc (órgão das nações unidades sobre crimes e drogas) que aborda educação física para adolescentes. A proposta está em conseguir aval para aplicação do gestor maior (secretario/governador) e depois com fundação /centros e não deixar de ouvir os profissionais da base.

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Quadro 32 – Gráfico sobre a ocorrência das respostas de sugestões para melhoria da proposta de atividades dessa dissertação.



Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Obs: alguns sujeitos deram mais de uma resposta para a questão.

Nesse tópico o respondente 7 cita uma similaridade ao documento da Unodoc que ao pesquisar encontramos a sigla UNODC – que traduzido significa Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

Segundo o site oficial <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/sobre-unodc/index.html>

“O UNODC, com sede em Viena, na Áustria, está presente em todas as regiões do mundo por meio de seus programas globais, conta com 2.500 funcionários e uma rede de escritórios de campo em 80 países.

O UNODC está presente no Brasil desde 1991 onde possui um Escritório de Ligação e Parceria, em Brasília, DF, e funcionários em todas as 27 Unidades da Federação.”

Sempre apoiado em evidências científicas, o UNODC trabalha diretamente com governos, ministérios, forças de segurança, sistemas de justiça, de saúde e penitenciário nas esferas federal, estadual e municipal e conta com uma equipe técnica e operacional de cerca de 50 profissionais no Brasil, especializados nas áreas programáticas do Escritório.

Segundo (Silva,2019) Essa instituição em conjunto com 11 organizações internacionais (ACNUR, UNICEF, PMA, PNUD, UNFPA, ONU Mulheres, OIT, UNESCO, OMS e Banco Mundial), lançou em 2018 o UNAIDS que é um programa das Nações Unidas sobre HIV/AIDS e tem como objetivo liderar e inspirar o mundo para alcançar zero infecção por HIV, zero discriminação e zero morte relacionada à AIDS até 2030. (UNAIDS, 2018).

Ainda segundo site oficial <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/hiv-aids/index.html>

“O foco do trabalho do UNODC na área de HIV e aids é auxiliar os Estados-membros a realizar ações de prevenção abrangentes e em grande escala e na busca pela oferta universal de acesso à assistência e ao tratamento para as pessoas vivendo com HIV/aids. Ao incorporar essa temática em suas atividades nacionais, regionais e globais, o UNODC apoia os esforços dos governos e das organizações da sociedade civil no desenvolvimento e na implementação de programas de prevenção e atenção específicos para usuários de drogas e para as populações vivendo em prisões e outras instituições privativas de liberdade, inclusive as destinadas a adolescentes em conflito com a lei.”

Nessa perspectiva de prevenção a AIDS o UNODC formula diversas publicações sobre o tema.

Essas publicações estão disponíveis no site: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/hiv-aids/publicacoes.html> dentre elas pode-se destacar, o “Guia Técnico. Prevenção, tratamento, apoio e cuidados com o HIV para pessoas que usam drogas” que possui uma versão em português por meio do link https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_drugs/Publicacoes/GuiaTecnico_HIV_PessoasQueUsamDrogas.pdf e também uma “Ficha de informação. HIV nas prisões” que não possui uma versão em português mas a versão em inglês esta disponível no link [https://www.unodc.org/documents/hiv-aids/2017/Factsheet - HIV in Prisons.pdf](https://www.unodc.org/documents/hiv-aids/2017/Factsheet_-_HIV_in_Prisons.pdf)

Creio que essas publicações possam auxiliar no aperfeiçoamento da proposta, mas como o respondente 7 não deixou claro qual publicação é parecida com essa proposta, se faz necessário uma situação de estudo mais detalhado dos documentos dessa instituição, visto que desde 1977 ela desenvolve material escrito sobre o tema drogas, crimes, trafico de pessoas, prostituição dentre outros que podem auxiliar na formação do profissional de educação sexual e principalmente que pretende trabalhar ou já atua com adolescentes em conflito com a lei.

Outra sugestão apontada pelos respondentes foi a de realizar formação para os educadores aplicarem a proposta nas instituições.

Essa pesquisa tem como objetivo posterior, resultar numa cartilha, que poderá nortear capacitações com os educadores que trabalham com esses adolescentes, que poderão replicar as atividades e também criar estratégias como inserção de filmes

temáticos e dinâmicas de grupo, podendo ter a periodicidade que mais se adapte ao contexto da instituição (semanal, quinzenal, mensal dentre outras), mas sempre com o cuidado ético de obter as devidas autorizações dos gestores e coordenadores pedagógicos que podem ampliar essa ação para os demais profissionais da instituição numa perspectiva multidisciplinar.

Creio que dessa forma todas as sugestões demonstradas no gráfico acima podem ser contempladas futuramente na aplicação desse programa de atividades.

Quadro 33 – Respostas individuais sobre críticas da proposta de atividades dessa dissertação.

Respondente 1

Nenhuma

Respondente 2

Partir de uma realidade conhecida é um caminho interessante para a afetividade da ação. Além disso, contextualizar o porquê e para que desse conteúdo me parece interessante também.

Respondente 3

não tenho nenhuma critica.

Respondente 4

Primeiro é preciso planejar e depois por em prática, conscientizar e envolver as equipes para que o projeto seja eficaz.

Respondente 5

Difícilmente sem estabelecer a relação de confiança com os adolescentes conseguirá desenvolver essas atividades propostas. Alguns jogos estão equivocados na essência dos jogos cooperativos, quando, por exemplo, "pune" quem "erra". Varias ajustes nesses aspectos, na contextualização de cada jogo e forma de utilização.

Respondente 6

Nenhuma, acho muito criativa, pois já trabalho aplicando roda de conversa sobre sexualidade e IST no centro no qual trabalho ..

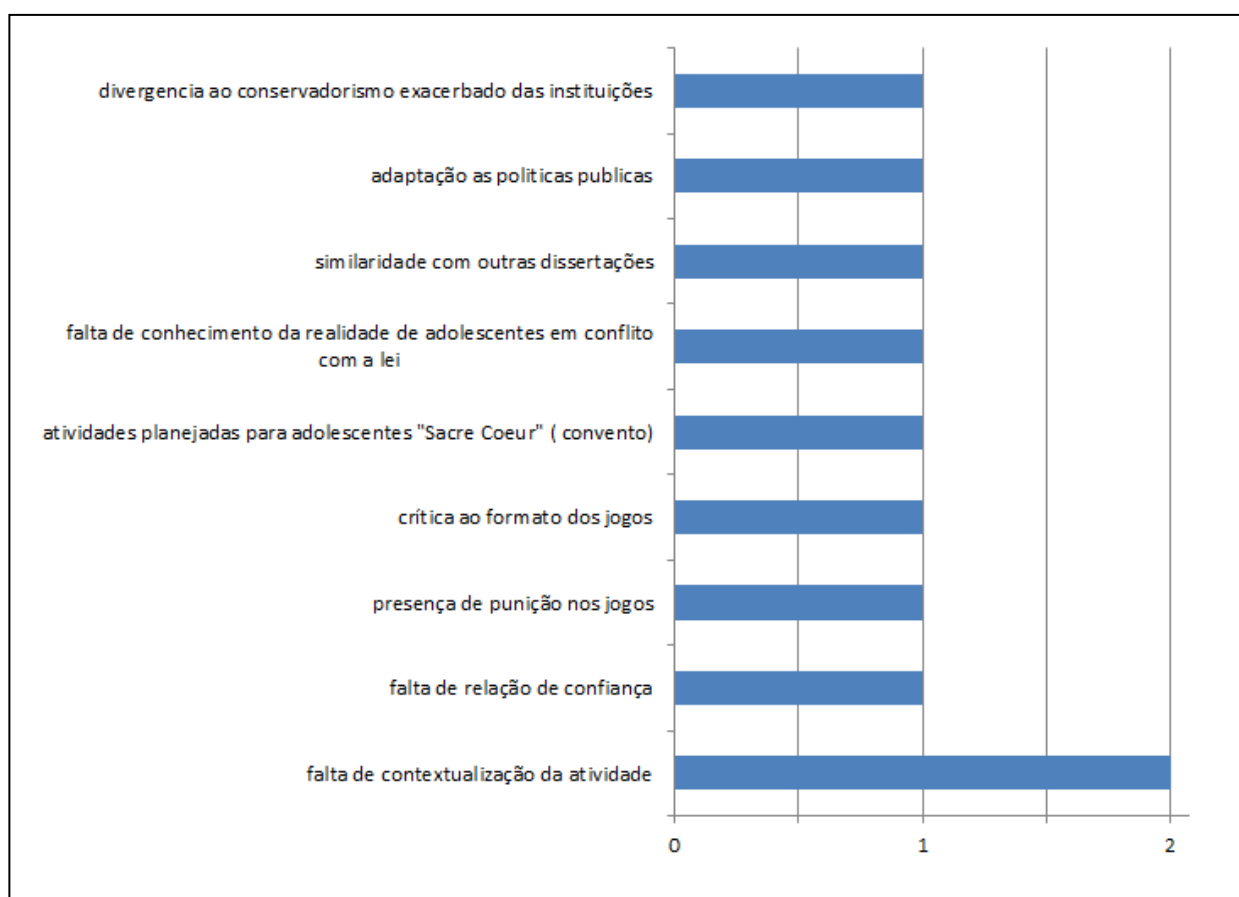
Respondente 7

Apesar da riqueza de detalhes nas propostas, foram desenhadas para adolescentes do "Sacre Coeur". Não que eu ache adolescentes diferentes, muito pelo contrário, mas

como disse temos q romper a força do hábito existente e seu rompimento requer estudo. Já existem dissertações falando a respeito, terei o maior prazer em fornecê-las. Citando um pequeno exemplo, na maioria dos Centros os adolescentes não se dão as mãos, isso na sociedade passa despercebido, mas é uma realidade nas instituições. Esse conhecimento ou desconhecimento pode naufragar a melhor das iniciativas. Mas não desanime, pois para tudo tem jeito e depois de inseridos adolescentes são os mesmos quer no Sacre Coeur ou na Fundação Casa. Espero ter colaborado e parabéns pela iniciativa. O êxito está mais na compreensão da gestão e nas políticas públicas. Ah! Em tempo: A justiça a anos atrás (desculpe o pleonismo) considerava levar camisinha e falar como usá-la dentro dos Centros, como favorecimento a promiscuidade. Acredito que já tenham superado esse conservadorismo exacerbado

Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta *google forms* (2021).

Quadro 34 – Gráfico sobre a ocorrência das críticas da proposta de atividades dessa dissertação.



Fonte: Elaborada pela Autora utilizando a ferramenta Excel (2021).

Obs: alguns sujeitos deram mais de uma resposta para a questão.

O respondente 7 afirma que a proposta de jogos cooperativos dessa dissertação não foi idealizada para adolescentes em conflito com a lei, e sim para adolescentes

confinados em um convento que ele chama de “Sacre Cour”, e ele afirma que os adolescentes em conflito com a lei nos quais ele trabalha nem dão as mãos uns para os outros então nesse contexto imagine atividades que envolvam corporeidade.

Para essa crítica respondo que apesar dessa proposta não ter sido aplicada na pratica devido a pandemia de Covid 19, a maioria das atividades do programa foram adaptadas de (Alves & Araújo, 2012) que desenvolveram essas atividades com usuários de Crack em tratamento, que devem possuir situações limitantes ainda mais severas que os adolescentes em conflito com a lei.

E também apesar de os adolescentes segundo o relato do respondente 7 não darem as mãos entre si, eles realizam atividades esportivas e corporais que envolvem contato corporal, e as atividades previstas nessa proposta são atividades lúdicas, e não afetivas como dar as mãos, e outras formas de afeto, apesar de os conceitos trabalharem essas situações.

Com relação a crítica de existir trabalhos similares a essa proposta , esse trabalho fez uma revisão teórica considerável sobre esse assunto, com referencias atuais e relevantes e não foram encontrados outros trabalhos com a mesma estratégia o que revela um ineditismo dessa proposta. No entanto a pesquisadora está atenta a novas publicações e esta aberta para outras contribuições não contempladas nesse trabalho.

Com relação a falta de conhecimento da realidade dos adolescentes em conflito com a lei a ideia dessa proposta é ser aplicada na pratica num segundo momento de pesquisa, e poder adaptar realmente a realidade dessas pessoas.

Nesse primeiro momento dessa dissertação o objetivo foi o de investigar a viabilidade e aplicabilidade dessa proposta, e obter as contribuições das pessoas que conhecem de perto a realidade desses educandos.

Com relação a crítica que diz que essa proposta traz situações de punição e que essas situações são incoerentes com a proposta dos jogos cooperativos, reiteramos que todo o cuidado foi realizado para não expor os adolescentes em situações de punição, nem de exclusão e nem vexatórias, pois a essência dos jogos cooperativos é a ludicidade, e todas as atividades propostas creio que possuam esse espírito, em nenhum momento algum adolescente foi excluído ou punido, e as atividades tem o objetivo de proporcionar um incremento no nível de conhecimento nos temas abordados e promover um dialogo e reflexão sobre os comportamentos envolvidos nessas relações humanas. Mas se o participante entendeu que houve situações pejorativas ou de punição essas atividades podem ser repensadas no sentido de acabar com essas possibilidades.

Conforme (Alves & Araújo, 2012) os jogos cooperativos, são atividades que requerem um trabalho em equipe para alcançarem metas mutuamente aceitáveis. Buscam aproveitar as capacidades, condições, qualidades ou habilidades de cada indivíduo para alcançar um objetivo em comum. Esses jogos propõem a busca de novas formas de jogar com o intuito de tentar contribuir para a diminuição de manifestações de agressividade, promovendo atitudes de sensibilidade, cooperação, comunicação, alegria e solidariedade. Assim, os jogos cooperativos podem ser uma ferramenta importante para mudança de comportamento.

Pelas características dos jogos cooperativos, pode-se perceber que eles têm uma função terapêutica: estimulam a descontração, promovem o respeito e a valorização pelo diferente, ensinam muito mais do que as regras do jogo, além de ser uma atividade motivadora.

Esse tipo de prática também apresenta outras características relevantes, como: oferecer liberdade para criar e a liberdade para eleger, sendo, um dos grandes incentivos, o estímulo à iniciativa e o respeito às ideias dos participantes do grupo.

Os jogos cooperativos intensificam o estabelecimento de vínculo afetivo entre os participantes, sejam eles amigos, colegas ou familiares, e faz com que o indivíduo participante desenvolva uma opinião positiva de si mesmo e reconheça a importância do outro. Essa prática oferece ao jogador a ocasião de apreciar-se, valorizar-se, sentir-se respeitado em sua totalidade, aumentando assim sua autoestima, o que é meta importante no trabalho com dependentes químicos para evitar as recaídas.

Com relação à adaptação das políticas públicas que envolvem as pessoas em conflito com a lei e o exemplo do respondente 7 que diz que ensinar a utilização da camisinha nessas instituições até pouco tempo atrás era tido como apologia a promiscuidade. O que podemos afirmar é que a educação sexual, por si só incomoda o conservadorismo e as instituições que (Cobra, 2003) intitula como sendo tripé de anulação, ou seja, religião, escola e família ter a necessidade de equalizarem os seus discursos numa perspectiva de anulação e repressão sexual dos indivíduos. Dessa forma essa proposta não tem o objetivo de acomodar os discursos, mas sim promover um processo de ruptura desse conservadorismo exacerbado que foi apontado pelo respondente 7. No entanto se faz necessário a autorização dos gestores da instituição para trabalhar essa proposta, e creio que esse processo de convencimento pode ocorrer devido a emergência dos problemas levantados nessa dissertação e que podem ser amenizados com essa proposta. Assim como ocorre em qualquer outra iniciativa de educação sexual da população que sempre ocorre resistências sociais.

Dessa forma creio que essa proposta pode assimilar essas críticas e sugestões e procurar melhorá-las para futuramente ser implementadas na prática dentro de uma contextualização do público, e estabelecendo relações de confiança com essa população que creio pode ser potencializada por meio da situação positiva que pode gerar de auxílio,

ajuda e recuperação dessas pessoas, sem repressão e acreditando nas possibilidades e minimizando as dificuldades, que é o verdadeiro papel do educador.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, M., Castro, M. G., & SILVA, L. B. D. (2004). Juventudes e sexualidade. *Brasília: Edições UNESCO Brasil*.
- Altmann, H. (2001). Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 575-585.
- Altmann, H. (2003). Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. *Cadernos pagu*, (21), 281-315.
- Altmann, H. (2006). Sobre A Educação Sexual Como Um Problema Escolar About The Teenager's Sexuality As A Scholar Problem. *Revista Linhas*, 7(1).
- Alves, G. S. L., & Araujo, R. B. (2012). A utilização dos jogos cooperativos no tratamento de dependentes de crack internados em uma unidade de desintoxicação. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 18(2), 77-80.
- Amaral, C. M., Silva, C. E. U. & Zippin Filho, D. (2015) Educação sexual no sistema penitenciário. III conferencia online de educação sexual.
- Amaral, J. D. D. (2004). Jogos cooperativos. *São Paulo: Phorte*, 2007.
- Amaral, A. M. S., Santos, D., Paes, H. C. D. S., Dantas, I. D. S., & Santos, D. S. S. (2016). Adolescência, Gênero e Sexualidade: Uma Revisão Integrativa.
- Andrews, D. A., Bonta, J., & Wormith, J. S. (2006). The recent past and near future of risk and/or need assessment. *Crime & delinquency*, 52(1), 7-27.
- Assis, S. G. D., & Constantino, P. (2005). Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Ciência & saúde coletiva*, 10, 81-90.

Baliulevicius, N. L. P., & Macário, N. M. (2006). Jogos cooperativos e valores humanos: perspectiva de transformação pelo lúdico. *Fitness & performance journal*, (1), 50-56.

Barbosa, D. R., & Souza, T. S. D. (2013). Direito da criança e do adolescente: proteção, punição e garantismo: com análise da Lei que regulamenta o SINASE.

Bourdieu, P. (2013). O senso pratico. Armando Editore.

Braga, I. F., Oliveira, W. A. D., Silva, J. L. D., Mello, F. C. M. D., & Silva, M. A. I. (2018). Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71, 1220-1227.

Branco, B. D. M., Wagner, A., & Demarchi, K. A. (2008). Adolescentes infratores: Rede social e funcionamento familiar.

Brandão, E. R., & Lopes, R. F. F. (2018). “Não é competência do professor ser sexólogo” O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 18(1), 100-123.

BRASIL, L. (1990). 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL, L. N. (1990). 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012. *Sistema*.

BRASIL, M. S. (2018). Proteger e Cuidar da Saúde de adolescentes na atenção básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica_2ed.pdf

BRASIL, M. S. (2018). Proteger e Cuidar da Saúde de adolescentes na atenção básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica_2ed.pdf

BRASIL. (2019) Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13798.htm

BRASIL. (1990) Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. (1996) Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. MEC (2005) CNE/CP nº 1/2005.

BRASIL. M. C. (2019). Gravidez na adolescência: impacto na vida das famílias e as adolescentes e jovens mulheres. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/informe/Informativo%20Gravidez%20adolesc%C3%Aancia%20final.pdf

BRASIL. M. E. (2009). Programa Saúde nas Escolas. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>

BRASIL. M. S. (2007). Marco Legal: saúde, um direito de adolescentes. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf

BRASIL. M. S. (2014). Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias do SAS. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/implantacao_redes_atencao_saude_sas.pdf

BRASIL, (1988) Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

BRASIL (1993). Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993.

BRASIL (1998) Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998.

BRASIL. M. S. Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (PSE). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/projeto-saude-e-prevencao-nas-escolas-spe>

Brennan, M. A. (2008). Conceptualizing resiliency: An interactional perspective for community and youth development. *Child Care in Practice*, 14(1), 55-64.

Brito, R. C., & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação*, 115-129.

Brotto, F. O. (1997). *Jogos cooperativos: " se o importante é competir, o fundamental é cooperar"*. Ed. Re-Novada/Projeto Cooperação.

Brotto, F. O. (1999). Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência.

Brotto, F. O. (2001). Jogos cooperativos. *São Paulo: Melhoramentos*.

Brotto, F. O., & ARIMATÉA, D. (2013). Pedagogia da cooperação. *Brasília: Fundação Vale UNESCO*.

Brown, G. (1994). Jogos cooperativos: teoria e prática. *São Leopoldo: Sinodal*, 105.

Camargo, A. M. F., Ribeiro, C. M., & Araújo, U. F. (1999). *Sexualidade (s) e infância (s): a sexualidade como um tema transversal*. Editora da UNICAMP.

Cobra, N. (2003). A semente da vitória. Senac.

Correia, M. M. (2006). Jogos cooperativos: perspectivas, possibilidades e desafios na educação física escolar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 27(2).

Correia, M. M. (2006). *Trabalhando com jogos cooperativos*. Papirus Editora.

Correia, M. M. (2007). Jogos Cooperativos e Educação Física escolar: possibilidades e desafios. *Lecturas, Educación Física y Deportes*, 12(107).

Costa, A. (2017). Olhares sobre gênero e sexualidade na adolescência. In: Saúde e sexualidade de adolescentes. Brasília: OPAS/MS. P. 41-44. Disponível em <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/PDF/2017/maio/05/LIVRO-SAUDE-ADOLESCENTES.PDF>

Costa, C. R. B. S. F. D., & Assis, S. G. D. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & sociedade*, 18(3), 74-81.

Costa, C. R. B. S. F. D., & Assis, S. G. D. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & sociedade*, 18(3), 74-81.

Cuevas, C. A., Finkelhor, D., Turner, H. A., & Ormrod, R. K. (2007). Juvenile delinquency and victimization: A theoretical typology. *Journal of interpersonal violence*, 22(12), 1581-1602.

De Antoni, C., & Batista, F. A. (2014). Violência familiar: Análise de fatores de risco e proteção. *Diaphora*, 3(2), 26-35.

De Moraes Ferreira, J. A. M. (2015). *Usos e abusos da história oral*. Editora FGV.

Degenhardt, L., Chiu, W. T., Sampson, N., Kessler, R. C., & Anthony, J. C. (2007). Epidemiological patterns of extra-medical drug use in the United States: evidence from the National Comorbidity Survey Replication, 2001–2003. *Drug and alcohol dependence*, 90(2-3), 210-223.

Dishion, T. J., Kavanagh, K., Schneiger, A., Nelson, S., & Kaufman, N. K. (2002). Preventing early adolescent substance use: A family-centered strategy for the public middle school. *Prevention Science*, 3(3), 191-201.

Dos Santos, F. M. (2012). Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin.

Dos Santos, T., & Barbosa De Souza, M. J. (2013). Materialismo entre crianças e adolescentes: o comportamento do consumidor infantil de Santa Catarina. *Revista Gestão Organizacional (RGO)*, 6(1).

Dukes, R. L., Stein, J. A., & Zane, J. I. (2010). Gender differences in the relative impact of physical and relational bullying on adolescent injury and weapon carrying. *Journal of School Psychology*, 48(6), 511-532.

Fávero, E. T., Vitale, M. A. F., & Baptista, M. V. (2008). Famílias de crianças e adolescentes abrigados. *São Paulo: Paulus*.

Federal, G. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. *Lei federal, 8*.

Feijó, M. C., & Assis, S. G. D. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(1), 157-166.

Fischer, R., & Bueno, M. (2001). Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 586-599.

Fontes, L. F. C., Conceição, O. C., & Machado, S. (2017). Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22, 2919-2928.

Freire, J. B. (1991). *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física*. São Paulo: Scipione.

Gallo, A. E., & Williams, L. C. D. A. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de pesquisa*, 38(133), 41-59.

Glat, R. (1989). *Somos iguais a vocês: Depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: Editora Agir.

Glat, R. (2004). *Saúde Sexual, Deficiência & Juventude em Risco*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de educação, Núcleo de educação inclusiva. Rio de Janeiro: Banco Mundial Brasil.

Goffman, E. (1988). Estigma e identidade social. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, 11-50.

Gomes, C. C., & de Almeida, R. M. M. (2010). Psicopatia em homens e mulheres. *Arquivos brasileiros de Psicologia*, 62(1), 13-21.

Gomide, P. I. C. (2006). Inventário de Estilo Parental: fundamentação teórica, manual de aplicação e interpretação. *Petrópolis: Editora Vozes*, 1, 96.

Gonçalves, N. K. R., & Fischer, J. (2007). Cidadania E Jogos Cooperativos: vivenciando práticas de cooperação em uma sala do ensino fundamental. *UNAR, Araras (SP)*, 1(1), 55-66.

Groppa, L. A. (2013). Um esboço sobre a gênese do campo das práticas socioeducativas no Brasil: aplicação da noção de campo social de Bourdieu. *Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, (35).

Komatsu, A. V., & Bazon, M. R. (2015). Caracterização de adolescentes do sexo masculino em relação a comportamentos antissociais. *RLCSNJ*, 13(2).

Komatsu, A. V., & Bazon, M. R. (2018). Fatores De Risco E De Proteção Para Emitir Delitos Violentos: Revisão Sistemática Da Literatura. *Perspectivas em Psicologia*, 22(1).

Koolhof, R., Loeber, R., Wei, E. H., Pardini, D., & D'escury, A. C. (2007). Inhibition deficits of serious delinquent boys of low intelligence. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 17(5), 274-292.

Kreppner, K. (2003). Social relations and affective development in the first two years in family contexts. *Handbook of developmental psychology*, 194-214.

Leão, A. M. D. C. (2009). Estudo analítico-descritivo do curso de pedagogia da Unesp-Araraquara quanto a inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos.

Lima, S. A. (2017) Da utilização do nome social do menor transgênero na escola como manifestação de um sistema educacional inclusivo.

Lobato, A. L. (2017). Saúde e sexualidade de adolescentes. Construindo equidade no SUS.

Lopes, G. D. S. M., Lewgoy, A. M. B., & Marques, M. F. (2020). Violência intrafamiliar na Infância e Adolescência. *Serviço Social e Saúde*, 19, e020003-e020003.

Martins, T. C., Tôrres, T. G. D. L. C., dos Santos, A. C., Feitosa, B. F., da Cunha Stoco, V., & Marques, C. P. C. (2020). Perfil epidemiológico da AIDS em crianças e adolescentes da região Nordeste do Brasil no período de 1985 a 2016. *Brazilian Journal of Health Review*, 3(5), 15569-15582.

Mendes, L. C., Paiano, R., & Filgueiras, I. P. (2009). Jogos cooperativos: eu aprendo, tu aprendes e nós cooperamos. *Revista Mackenzie de Educação física e esporte*, 8(2).

Moffitt, T. E. (2018). Male antisocial behaviour in adolescence and beyond. *Nature Human Behaviour*, 2(3), 177-186.

Murcia, J. A. M. (2005). Aprendizagem através do jogo. Artmed Editora.

NAÇÕES UNIDAS.UNODC (2019) Guia Técnico. Prevenção, tratamento, apoio e cuidados com o HIV para pessoas que usam drogas. Disponível em https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_drugs/Publicacoes/GuiaTecnico_HIV_PessoasQueUsamDrogas.pdf

NAÇÕES UNIDAS.UNODC (2017) Ficha de informação. HIV nas prisões. Disponível em https://www.unodc.org/documents/hiv-aids/2017/Factsheet_-_HIV_in_Prisons.pdf

Netto, R., & de Mattos, J. (2006). O direito à educação dos presos no Brasil: perspectivas do direito ao acesso à educação no sistema prisional e a atual normatização processual e de execução penal.

OPAS. (2018). América Latina e Caribe têm a segunda taxa mais alta de gravidez na adolescência no mundo. Disponível em https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5604:america-latina-e-caribe-tem-a-segunda-taxa-mais-alta-de-gravidez-na-adolescencia-no-mundo&Itemid=820

Orlick, T. (1989). Vencendo a competição. *São Paulo: Círculo do Livro, 1.*

Padilha, M. D. G. S., & Gomide, P. I. C. (2004). Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(1), 53-61.

Paiva, F. S. D., & Ronzani, T. M. (2009). Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes: revisão sistemática. *Psicologia em estudo*, 14(1), 177-183.

Paiva, V. (2000). *Fazendo arte com a camisinha: sexualidades jovens em tempos de AIDS*. Summus Editorial.

Paludo, S. D. S., & Koller, S. H. (2005). Resiliência na rua: um estudo de caso. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 187-195.

Pereira, S. E. F. N., & SUDBRACK, M. (2005). "olhar" do jovem em conflito com a lei sobre a relação entre o ato infracional e a drogadição na adolescência. *Simpósio Internacional do Adolescente*, 2.

Piccioni, J. D. S. (2019). O sistema socioeducativo e a profissionalização de jovens em conflito com a lei.

Priuli, R. M. A., & Moraes, M. S. D. (2007). Adolescents in conflict with the law. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1185-1192.

Prust, L. W., & Gomide, P. I. C. (2007). Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. *Estudos de psicologia (Campinas)*, 24(1), 53-60.

Reina, F. T., Ribeiro, P. R. M., Muzzeti, L. R., & Romanatto, M. J. (2013). A gênese do habitus e a construção da hexis corporal de bailarinos e jogadoras de futebol e suas implicações nos diferentes campos de atuação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 8(4), 786-795.

Reis, C. B., & Bernardes, E. B. (2011). O que acontece atrás das grades: estratégias de prevenção desenvolvidas nas delegacias civis contra HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7), 3331-3338.

Reis, C.B. & Bernardes, E.B. (2011). O que acontece atrás das grades: estratégias de prevenção desenvolvidas nas delegacias civis contra HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7), 3331-3338.

Ribeiro, M. (1990). Educação sexual. *Além da informação*. São Paulo: EPU, 62.

Ribeiro, P. R. M. (2009). A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. *Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns*. Londrina: UEL, 129-140.

Ribeiro, N. F. C. L. (2020) O prazer sexual da mulher contemporânea: busca de novos repertórios ou aceitação de padrões antigos. *Estudos em Sexualidade Volume 2*, 370.

Carneiro, R. M. M., Siu, C., Santos Junior, J. D. D., Oliveira, M. R. D., & Costa, M. D. C. O. (1996). A adolescente grávida e os serviços de saúde no município. In *A Adolescente grávida e os serviços de saúde no município*. Brasil. Ministério da Saúde.

Rossetti-Ferreira, M. C., Ramon, F., & Silva, A. P. S. (2002). Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. *Cadernos de Pesquisa*, (115), 65-100.

Saltini, C. J. P., & Cavenaghi, D. B. (2014). Relação entre a Afetividade e a Inteligência no Desenvolvimento Mental da Criança. *Rio de Janeiro: Wak Editora*.

Sayão, Y. (1997). Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*.

Schwalbe, C. S. (2008). A meta-analysis of juvenile justice risk assessment instruments: Predictive validity by gender. *Criminal Justice and Behavior*, 35(11), 1367-1381.

Schwartz, G. M., Bruna, H. C., & Luba, G. M. (2002). Jogos Cooperativos no processo de interação social: visão de professores. *Universidade Estadual Paulista.(Org.). Núcleos de Ensino*.

Severino, A. J. (2017). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez editora.

Silva, J. B. S. (2004) Encontros e desencontros na trajetória percorrida pelos adolescentes a partir da gravidez.

Silva, E. (2019) Supervisor escolar e professores que ensinam ciências: um estudo bibliográfico e documental como subsídio a uma formação crítica em educação sexual. Programa de Pós-Graduação em Educação,.

Siqueira, A. C., Betts, M. K., & Dell-Aglio, D. D. (2006). A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. *Interamerican Journal of Psychology*, 40(2), 149-158.

Soares Filho, A. M., Duarte, E. C., & Merchan-Hamann, E. (2020). Tendência e distribuição da taxa de mortalidade por homicídios segundo porte populacional dos municípios do Brasil, 2000 e 2015. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25, 1147-1156.

Soler, R. (2003). Jogos cooperativos. Sprint.

Soler, R. (2008). Brincando e aprendendo com os jogos cooperativos. Rio de Janeiro-2ª edição: Sprint.

Souza, D. P., & Silveira Filho, D. X. D. (2007). Uso recente de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes adolescentes trabalhadores e não trabalhadores. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 10, 276-287.

Tomé, D. C. (2009) O conceito de habitus como processo de incorporação da dominação masculina: olhares sobre a história da educação feminina.

Trindade, E., & Bruns, M. A. D. T. (2003). *Sexualidade de jovens em tempos de AIDS*. Atomo.

Waideman, M. C. (2003). *Adolescência, sexualidade e aids: na família e na escola*. Arte & Ciência.

Willis, L. A., Coombs, D. W., Cockerham, W. C., & Frison, S. L. (2002). Ready to die: A postmodern interpretation of the increase of African-American adolescent male suicide. *Social Science & Medicine*, 55(6), 907-920.

Young, R. M., Hasking, P. A., Oei, T. P., & Loveday, W. (2007). Validation of the drinking refusal self-efficacy questionnaire—revised in an adolescent sample (DRSEQ-RA). *Addictive behaviors*, 32(4), 862-868.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Resolução nº 466/2012 e 510/2016 – Conselho Nacional de Saúde

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa JOGOS COOPERATIVOS: UMA PROPOSTA PARA EDUCAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI. Sua participação consiste em responder um questionário por meio do *google forms* sobre sua prática profissional. Em nenhum momento você será identificado (a). Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar da pesquisa e sua participação apresenta riscos mínimos associados a possíveis desconfortos aos assuntos abordados na pesquisa. Caso isso ocorra, você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento, bem como recusar-se a responder uma questão específica. Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar em qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. O motivo que nos leva a realizar tal pesquisa parte do seguinte problema: trata-se de investigar se os jogos cooperativos podem contribuir para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei.

Deste modo, tendo total conhecimento do exposto neste termo, eu (Nome completo), _____ me comprometo a participar como voluntário (a) da referida investigação de autoria e execução da Professora Mestranda Rosimeire Bispo Palmas da Silva, sob orientação do Prof. Dr. Fabio Tadeu Reina, junto

ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, curso de Mestrado Profissional – UNESP Araraquara. Concordo que os resultados da referida pesquisa sejam divulgados, uma vez que a identidade dos envolvidos será preservada. Os dados da investigação ficarão guardados em local seguro como forma de garantir o que é firmado no termo em questão. Qualquer problema entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, Faculdade de Ciências e Letras , Unesp-Araraquara; Coordenadora: Profa. Dra. Rosângela S. S. Gileno; Fone: (16) 3334-6224; E-mail: comitedeetica.fclar@unesp.br
Rodovia Araraquara-Jaú, km 1 Bairro dos Machados - Caixa Postal 174 14.800-901
Araraquara – SP (Sala 105, ao lado da sala da Diretoria da FCL/Ar)

Assinatura do participante da pesquisa

Araraquara, ____ de _____ de 20____.

Prof^a. Mestranda. Rosimeire Bispo Palmas da Silva

email: rosimeirebispopalmas@outlook.com

Tel: (18) 98149 8467

ANEXO 1

RESULTADOS INDIVIDUAIS

PARTICIPANTE 1

Idade: *

37

Formação profissional: *

Licenciatura plena em EF

Local de Formação e curso? *

São Paulo - SP. Curso de Educação Física

Ano em que se formou? *

2010

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

Pós-graduação? *

☒ Sim☐ Não

Tempo de atuação na instituição? *

5 anos

Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente? *

Nenhum

1. Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente? *

Nenhum

2. Você concorda com o ensino da Educação sexual na instituição onde trabalha? *

☒ Sim☐ Não

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

3. Quais as situações adversas que envolvem a sexualidade que você tem presenciado com os adolescentes? *

As situações mais recorrentes, são as que envolvem questões de preconceito em relação a orientação sexual e a gravidez precoce.

4. Quando você presencia ou sabe desses problemas? Como você atua? *

Acolhimento e escuta das que sofrem o abuso ou da menina em estado de gravidez, seguida de conversa com equipe gestora da unidade escolar e na sequência, problematização dos temas em atividades.

5. A instituição promove alguma ação diante dessas situações? *

☒ Sim

☐ Não

6. Você acredita que a educação física pode ajudar a resolver problemas envolvendo a sexualidade de adolescentes? *

☒ Sim

☐ Não

7. Você conhece os jogos cooperativos? *

☒ Sim

☐ Não

<https://docs.google.com/forms/d/1u3CugZoIXpmIq63ueaUwm208JWmpXTITuPKzlrRqdY/edit#response=ACYDBNgY0Bnlv87ZanRd8m7QrONN-uLxf...> 4/6

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

8. Você acredita que os jogos cooperativos podem trabalhar a educação sexual de adolescentes em conflito com a lei nas atividades de educação Física? *

☒ Sim

☐ Não

9. As atividades dessa proposta, você considera que são efetivas? Por quê? *

Acredito que as atividades possam ser bastante úteis no processo, mas afirmar a sua efetividade, depende de vários fatores, um deles é solidez de interação com o grupo alvo.

10. Você acha viável aplicar essa proposta em sua instituição? *

☒ Sim

☐ Não

11. Você se acha confortável para aplicar essa proposta em sua instituição? *

☒ Sim

☐ Não

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

12. Você acha que a direção da instituição pode apoiar a aplicação dessa proposta? *

☒ Sim

☐ Não

13. Qual sugestão você daria para melhorar essa proposta de atividades? *

Difícil sugerir algo, sem inseri-las em um contexto de mapeamento, diálogo, problematizações, etc. Sinto que precisaria aplicá-las nesse contexto, para só depois, sugerir algo.

14. Qual crítica você pode fazer sobre essa proposta de atividades? *

Nenhuma

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

PARTICIPANTE 2

Idade: *

37

Formação profissional: *

Educação Física - bacharel e licenciado

Local de Formação e curso? *

Sao Paulo - Sp

Ano em que se formou? *

2007

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

Pós-graduação? *

☒ Sim☐ Não

Tempo de atuação na instituição? *

11 anos

Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente? *

Nao mais de 10

1. Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente? *

5

2. Você concorda com o ensino da Educação sexual na instituição onde trabalha? *

☒ Sim☐ Não

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

3. Quais as situações adversas que envolvem a sexualidade que você tem presenciado com os adolescentes? *

Abuso masculino, reflexo de um patriarcado histórico e falta de preservação e cuidado feminino nesse cenário.

4. Quando você presencia ou sabe desses problemas? Como você atua? *

Inicialmente finalizando a situação com distanciamento ou outras medidas. A tendência é que após o momento crítico possa haver diálogo e reflexão, por fim, a médio longo prazo o desenvolvimento de projetos nesse sentido.

5. A instituição promove alguma ação diante dessas situações? *

☒ Sim

☐ Não

6. Você acredita que a educação física pode ajudar a resolver problemas envolvendo a sexualidade de adolescentes? *

☒ Sim

☐ Não

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

7. Você conhece os jogos cooperativos? *

☒ Sim☐ Não

8. Você acredita que os jogos cooperativos podem trabalhar a educação sexual de adolescentes em conflito com a lei nas atividades de educação Física? *

☒ Sim☐ Não

9. As atividades dessa proposta, você considera que são efetivas? Por quê? *

Toda proposta na qual exista afetividade, cognição e motricidade pode ser efetiva e transformadora desde que bem direcionada com sensibilidade e objetividade do mediador.

.....

10. Você acha viável aplicar essa proposta em sua instituição? *

☒ Sim☐ Não

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

11. Você se acha confortável para aplicar essa proposta em sua instituição? *

☐ Sim☒ Não

12. Você acha que a direção da instituição pode apoiar a aplicação dessa proposta? *

☒ Sim☐ Não

13. Qual sugestão você daria para melhorar essa proposta de atividades? *

Buscar conhecimento prévio e usá-los como norteadores das intervenções é proposições.

14. Qual crítica você pode fazer sobre essa proposta de atividades? *

Partir de uma realidade conhecida é um caminho interessante para a afetividade da ação. Além disso, contextualizar o porquê e para que desse conteúdo me parece interessante também.

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

PARTICIPANTE 3

Idade: *

33

Formação profissional: *

bacharel em educação física

Local de Formação e curso? *

uninove barra funda, educação física

Ano em que se formou? *

2010

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

Pós-graduação? *

☒ Sim☐ Não

Tempo de atuação na instituição? *

8 anos

Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente? *

60

1. Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente? *

60

2. Você concorda com o ensino da Educação sexual na instituição onde trabalha? *

☒ Sim☐ Não

3. Quais as situações adversas que envolvem a sexualidade que você tem presenciado com os adolescentes? *

as vezes troca de carícias, as vezes conversas sobre masturbação.

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

4. Quando você presencia ou sabe desses problemas? Como você atua? *

sempre quando fico sabendo de alguma situação procuro conversar muito afim de entender as coisas e posteriormente aconselho da melhor forma a todos.

5. A instituição promove alguma ação diante dessas situações? *

☐ Sim

☒ Não

6. Você acredita que a educação física pode ajudar a resolver problemas envolvendo a sexualidade de adolescentes? *

☒ Sim

☐ Não

7. Você conhece os jogos cooperativos? *

☒ Sim

☐ Não

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

8. Você acredita que os jogos cooperativos podem trabalhar a educação sexual de adolescentes em conflito com a lei nas atividades de educação Física? *

☒ Sim

☐ Não

9. As atividades dessa proposta, você considera que são efetivas? Por quê? *

sim, podem colaborar por que tratam do assunto sem constranger os adolescentes.

10. Você acha viável aplicar essa proposta em sua instituição? *

☒ Sim

☐ Não

11. Você se acha confortável para aplicar essa proposta em sua instituição? *

☒ Sim

☐ Não

12. Você acha que a direção da instituição pode apoiar a aplicação dessa proposta? *

☐ Sim

☒ Não

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

13. Qual sugestão você daria para melhorar essa proposta de atividades? *

ela deveria ser facultativa, pois em alguns casos a unidade não tem um clima muito legal, o que não propicia um ambiente favorável para isso, além da necessidade de pessoas aptas a aplicação de tais conteúdos.

14. Qual crítica você pode fazer sobre essa proposta de atividades? *

não tenho nenhuma crítica.

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

PARTICIPANTE 4

Idade: *

48 anos

Formação profissional: *

P rofessora de Ed.Física

Local de Formação e curso? *

Unesp/Educação Física

Ano em que se formou? *

1995

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

Pós-graduação? *

☐ Sim☒ Não

Tempo de atuação na instituição? *

19 anos

Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente? *

Uns 60

1. Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente? *

Uns 60 por semana

2. Você concorda com o ensino da Educação sexual na instituição onde trabalha? *

☒ Sim☐ Não

3. Quais as situações adversas que envolvem a sexualidade que você tem presenciado com os adolescentes? *

Mudanças decorrentes da puberdade, masturbação, homossexualidade, violência sexual....

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

4. Quando você presencia ou sabe desses problemas? Como você atua? *

Comunico a equipe psicossocial e os gestores.

5. A instituição promove alguma ação diante dessas situações? *

☒ Sim

☐ Não

6. Você acredita que a educação física pode ajudar a resolver problemas envolvendo a sexualidade de adolescentes? *

☒ Sim

☐ Não

7. Você conhece os jogos cooperativos? *

☒ Sim

☐ Não

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

8. Você acredita que os jogos cooperativos podem trabalhar a educação sexual de adolescentes em conflito com a lei nas atividades de educação Física? *

☒ Sim☐ Não

9. As atividades dessa proposta, você considera que são efetivas? Por quê? *

Porque nós auxilia a trabalhar essas questões de forma lúdica.

10. Você acha viável aplicar essa proposta em sua instituição? *

☒ Sim☐ Não

11. Você se acha confortável para aplicar essa proposta em sua instituição? *

☒ Sim☐ Não

12. Você acha que a direção da instituição pode apoiar a aplicação dessa proposta? *

☒ Sim☐ Não

https://docs.google.com/forms/d/1u3CugZoIXpmIq63uesUwm208JWmpXTITuPKxzirRqdY/edit#response=ACYDBNhmFo_sM33DnBli8kFAFZnB2eN9... 5/6

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

13. Qual sugestão você daria para melhorar essa proposta de atividades? *

A equipe da saúde, enfermeiros, profissionais de Ed.Física, equipe psicossocial, enfim trabalhar todos juntos, em encontros semanais a critério de orientação para os educandos, visando esclarecer suas dúvidas e orientando-os sobre possíveis dúvidas, pode se utilizar dinâmicas de grupo, filmes temáticos.....

14. Qual crítica você pode fazer sobre essa proposta de atividades? *

Primeiro é preciso planejar e depois por em prática, conscientizar e envolver as equipes para que o projeto seja eficaz.

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

PARTICIPANTE 5

Idade: *

50

Formação profissional: *

Professor Educação Física

Local de Formação e curso? *

UNICAMP EDUCAÇÃO FÍSICA

Ano em que se formou? *

1996

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

Pós-graduação? *

☒ Sim☐ Não

Tempo de atuação na instituição? *

20 anos

Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente? *

5.000

1. Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente? *

Diversos

2. Você concorda com o ensino da Educação sexual na instituição onde trabalha? *

☒ Sim☐ Não

3. Quais as situações adversas que envolvem a sexualidade que você tem presenciado com os adolescentes? *

Tabus tradicionalmente impostos

<https://docs.google.com/forms/d/1u3CugZoIXpmIq63ueaUwm208JWmpXTiTuPKxzirRqdY/edit#response=ACYDBNh6vJHzb1ZWGak9JUYOenIQq8q...> 3/6

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

4. Quando você presencia ou sabe desses problemas? Como você atua? *

Diálogo, atibidade, reflexao, registro.

5. A instituição promove alguma ação diante dessas situações? *

☒ Sim

☐ Não

6. Você acredita que a educação física pode ajudar a resolver problemas envolvendo a sexualidade de adolescentes? *

☒ Sim

☐ Não

7. Você conhece os jogos cooperativos? *

☒ Sim

☐ Não

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

8. Você acredita que os jogos cooperativos podem trabalhar a educação sexual de adolescentes em conflito com a lei nas atividades de educação Física? *

☒ Sim

☐ Não

9. As atividades dessa proposta, você considera que são efetivas? Por quê? *

Vejo problemas nas atividades apresentadas. Todas precisam de adaptação e "domínio" da turma para desenvolvê-las.

10. Você acha viável aplicar essa proposta em sua instituição? *

☒ Sim

☐ Não

11. Você se acha confortável para aplicar essa proposta em sua instituição? *

☒ Sim

☐ Não

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

12. Você acha que a direção da instituição pode apoiar a aplicação dessa proposta? *

☒ Sim

☐ Não

13. Qual sugestão você daria para melhorar essa proposta de atividades? *

Adequação dos jogos. Mas não fica clara a metodologia para uma melhor análise.

14. Qual crítica você pode fazer sobre essa proposta de atividades? *

Difícil sem estabelecer a relação de confiança com os adolescentes conseguirá desenvolver essas atividades propostas. Alguns jogos estão equivocados na essência dos jogos cooperativos, quando por exemplo "pune" quem "erra". Varia ajustes nesses aspectos, na contextualização de cada jogo e forma de utilização.

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

<https://docs.google.com/forms/d/1u3CugZoIXpmIlg53ue3Uwm208JWmpXTITuPKxzIRqdY/edit#response=ACYDBNh6vJHzb1ZWGak9JJYcenIQqSq...> 5/5

PARTICIPANTE 6

Idade: *

52

Formação profissional: *

profissional de educação física

Local de Formação e curso? *

Universidade de Mogi das Cruzes , Licenciatura em Ed.física

Ano em que se formou? *

1996

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

Pós-graduação? *

☐ Sim☒ Não

Tempo de atuação na instituição? *

19 anos

Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente? *

15 alunos

1. Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente? *

15 alunos

2. Você concorda com o ensino da Educação sexual na instituição onde trabalha? *

☐ Sim☒ Não

3. Quais as situações adversas que envolvem a sexualidade que você tem presenciado com os adolescentes? *

As vezes questão de toque um no outro

<https://docs.google.com/forms/d/1u3CugZoiXpmIq63ueaUwm208JWmpXTTUuPKzIrRqY/edit#response=ACYDBNjQsnxpg31p0Kq6BvGcLGeegFt09...> 3/6

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

4. Quando você presencia ou sabe desses problemas? Como você atua? *

Aviso que eles t que tomar cuidado pois não é o lugar

5. A instituição promove alguma ação diante dessas situações? *

☐ Sim

☒ Não

6. Você acredita que a educação física pode ajudar a resolver problemas envolvendo a sexualidade de adolescentes? *

☒ Sim

☐ Não

7. Você conhece os jogos cooperativos? *

☒ Sim

☐ Não

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

8. Você acredita que os jogos cooperativos podem trabalhar a educação sexual de adolescentes em conflito com a lei nas atividades de educação Física? *

☒ Sim

☐ Não

9. As atividades dessa proposta, você considera que são efetivas? Por quê? *

Sim, porque a sexualidade pode ser trabalhada de todas as formas

10. Você acha viável aplicar essa proposta em sua instituição? *

☒ Sim

☐ Não

11. Você se acha confortável para aplicar essa proposta em sua instituição? *

☒ Sim

☐ Não

12. Você acha que a direção da instituição pode apoiar a aplicação dessa proposta? *

☒ Sim

☐ Não

<https://docs.google.com/forms/d/1u3CugZoIXpmIq63ueaUwm208JWmpXTiTuPKxzirRqdY/edit#response=ACYDBNjQanxpg31p0Kq5BvGcLGeegFt99...> 5/6

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

13. Qual sugestão você daria para melhorar essa proposta de atividades? *

Trabalhar a adversidade sexual
.....

14. Qual crítica você pode fazer sobre essa proposta de atividades? *

Nenhuma, acho muito criativa pois já trabalho aplicando roda de conversa sobre sexualidade e IST no
centro no qual trabalho .
.....

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Google Formulários

PARTICIPANTE 7

Idade: *

61

Formação profissional: *

Licenciatura Plena em Educação Física

Local de Formação e curso? *

Universidade de Mogi das Cruzes

Ano em que se formou? *

1986

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

Pós-graduação? *

☒ Sim☐ Não

Tempo de atuação na instituição? *

21 anos

Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente? *

Cerca de 40 em unidade feminina

1. Para quantos adolescentes em conflito com a lei você leciona atualmente? *

40 em um centro feminino

2. Você concorda com o ensino da Educação sexual na instituição onde trabalha? *

☒ Sim☐ Não

3. Quais as situações adversas que envolvem a sexualidade que você tem presenciado com os adolescentes? *

Apesar do arcabouço legal existente para compreender gêneros, a base dos funcionários que atual com os (as) adolescentes distorcem toda legislação, e impõem seus dogmas através de argumentos de caráter duvidoso. Isso existe em todas as áreas não somente na segurança, mas técnica também. Uma proposta para os adolescentes tem q passar por uma formação para visão de mundo da maioria dos funcionários.

4. Quando você presencia ou sabe desses problemas? Como você atua? *

Fazendo o q a minha formação acadêmica preconiza e mostrando o resultado para os incautos e descrentes como já foi feito inúmeras vezes até que se convençam. Esse convencimento leva a uma mudança de postura mas como alega "Bordie" em seu livro "HABITUS", sair da zona de conforto envolve outros argumentos e exige uma gestão consciente dos problemas.

5. A instituição promove alguma ação diante dessas situações? *

☒ Sim

☐ Não

6. Você acredita que a educação física pode ajudar a resolver problemas envolvendo a sexualidade de adolescentes? *

☒ Sim

☐ Não

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

7. Você conhece os jogos cooperativos? *

☒ Sim☐ Não

8. Você acredita que os jogos cooperativos podem trabalhar a educação sexual de adolescentes em conflito com a lei nas atividades de educação Física? *

☒ Sim☐ Não

9. As atividades dessa proposta, você considera que são efetivas? Por quê? *

Sim, são efetivas porém dependendo do estágio que o Centro está em atendimento dos adolescentes, ou seja não usar a educação física apenas como um "rola a bola" pode causar uma rejeição inicial e dependerá da condução do profissional esse êxito.

.....

10. Você acha viável aplicar essa proposta em sua instituição? *

☒ Sim☐ Não

18/03/2021

Jogos cooperativos para educação sexual de adolescentes em conflito com a lei

11. Você se acha confortável para aplicar essa proposta em sua instituição? *

☒ Sim☐ Não

12. Você acha que a direção da instituição pode apoiar a aplicação dessa proposta? *

☐ Sim☒ Não

13. Qual sugestão você daria para melhorar essa proposta de atividades? *

As propostas são boas, existem similaridade com documentos da Unodoc (órgão das nações unidas sobre crimes e drogas) que aborda educação física para adolescentes. A proposta está em conseguir aval para aplicação do gestor maior (secretário/governador) e depois com fundação /centros e não deixar de ouvir os profissionais da base.

14. Qual crítica você pode fazer sobre essa proposta de atividades? *

Apesar da riqueza de detalhes nas propostas, foram desenhadas para adolescentes do "Sacre Coeur". Não que eu ache adolescentes diferentes, muito pelo contrário, mas como disse temos q romper a força do hábito existente e seu rompimento requer estudo. Já existem dissertações falando a respeito, terei o maior prazer em fornece-las. Citando um pequeno exemplo, na maioria dos Centros os adolescentes não se dão as mãos, isso na sociedade passa despercebido mas é uma realidade nas instituições. Esse conhecimento ou desconhecimento pode naufragar a melhor das iniciativas. Mas não desanime pois para tudo tem jeito e depois de incertos adolescentes são os mesmos quer no Sacre Coeur ou na Fundação Casa. Espero ter colaborado e parabéns pela iniciativa. O êxito está mais na compreensão da gestão e nas políticas públicas. Ah! Em tempo: A justiça a anos atrás (desculpe o pleonasmo) considerava levar camisinha e falar como usá-la dentro dos Centros, como favorecimento a promiscuidade. Acredito que já tenham superado esse conservadorismo exasperado.

Este formulário foi criado em Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

<https://docs.google.com/forms/d/1u3CugZoIXpmIlg53ueaUwm208JWmpXTiTuPKxzirRqY/edit#response=ACYDBNheosnJyG-Uh8KmB1hZaknq9eLF...> 6/7